

26 AGO 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## Ex-ministro do STJ recebeu R\$ 5 mi de propina, diz Palocci

Ex-ministro, que negocia delação, diz que suborno foi pago a Cesar Asfor Rocha

### Palocci diz que ex-ministro do STJ recebeu propina

O ex-ministro Antonio Palocci disse em negociação de delação que o ex-presidente do Superior Tribunal de Justiça Cesar Asfor Rocha recebeu ao menos R\$ 5 milhões da Camargo Corrêa para barrar a Operação Castelo de Areia.

Rocha afirma que a acusação é “mentira deslavada” e ameaça processar Palocci. A construtora também nega a venda de decisão.

### Repasses teria sido feito por Camargo Corrêa para que investigação fosse anulada; Rocha diz ser ‘mentira’

FLÁVIO FERREIRA

DE SÃO PAULO

ESTELITA HASS CARAZZAI  
DE CURITIBA

Em negociação de delação premiada, o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci afirmou que o ex-presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Cesar Asfor Rocha recebeu suborno no valor de pelo menos R\$ 5 milhões da construtora Camargo Corrêa para barrar a Operação Castelo de Areia da Polícia Federal.

Além da Camargo Corrêa, a operação deflagrada em 2009 tinha como alvos outras empreiteiras e políticos posteriormente investigados na Operação Lava Jato.

Palocci disse que o acerto com Rocha foi comandado pelo advogado Márcio Thomaz Bastos, morto em 2014, e incluía também a promessa de apoio para que o então magistrado fosse indicado para uma vaga no STF (Supremo Tribunal Federal) —o que acabou não acontecendo.

O repasse para Rocha foi depositado numa conta no exterior, segundo Palocci.

Asfor, a Camargo e a família de Bastos negam a acusação do ex-ministro.

Palocci está preso em Curitiba e negocia um acordo de delação premiada.

A Castelo de Areia foi interrompida por uma medida liminar concedida por Rocha, então presidente do STJ, em janeiro de 2010.

A alegação dos advogados da Camargo Corrêa, acolhida pelo à época ministro, foi a de que as interceptações telefônicas da operação, principal base das investigações, tiveram origem apenas em uma denúncia anônima, o que seria ilegal.

Naquele ano, levantamento do STJ feito a pedido da **Folha** revelou que era inédita a decisão de Rocha.

A apuração mostrou também que, antes e depois da concessão da liminar, Rocha decidiu pela validade de investigações iniciadas com denúncias anônimas.

Em março de 2011, o julgamento final sobre a legalidade da operação começou a ser feito pela 6ª Turma do STJ, da qual Rocha não fazia parte.

Na ocasião, a ministra relatora do caso, Maria Thereza de Assis Moura, votou pela anulação da operação e o ministro Og Fernandes, pela regularidade das investigações da Polícia Federal

Porém, após o empate, o julgador Celso Limongi pediu vista e a apreciação da causa foi interrompida.

No mês seguinte, o caso foi retomado com voto de Limongi favorável à tese da Camargo Corrêa. O ministro Haroldo Rodrigues seguiu o mesmo entendimento e o resultado final foi de 3 a 1 pela ilegalidade dos grampos.

A decisão resultou na anulação total da operação e de todos os seus desdobramentos, que envolviam outras construtoras e políticos, inclusive obras da Petrobras posteriormente investigadas na Lava Jato —como as refinarias Abreu e Lima, em Pernambuco, e Getúlio Vargas, no Paraná.

Palocci não mencionou nas tratativas de colaboração premiada repasses diretos aos ministros da 6ª Turma do STJ que julgaram a causa.

Rocha obteve aposentadoria do tribunal superior em setembro de 2012 e passou a exercer a advocacia.

**CONTINUA**

26 AGO 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### RELAÇÃO COM BASTOS

Palocci e Bastos ocuparam ministérios no primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Bastos foi ministro da Justiça até março de 2007 e Palocci ministro da Fazenda até março de 2006, após assumirem em janeiro de 2003.

Após deixarem os cargos na administração de Lula, eles mantiveram relações comerciais.

Quando Palocci abriu sua consultoria, a Projeto, Bastos se tornou o segundo maior cliente da empresa.

O escritório do advogado fez repasses de R\$ 5,5 milhões à Projeto, entre 2008 e 2011, segundo dados registrados pela Receita Federal.

À época, tanto Bastos quanto Palocci atribuíram os pagamentos ao grupo Pão de Açúcar, como resultado de assessoria nas negociações da fusão entre a companhia e as Casas Bahia.

Uma auditoria do grupo concluída em 2015, porém, não encontrou evidências de prestação de serviços, tampouco contratos que justificassem os pagamentos.

O Pão de Açúcar pertencia ao empresário Abílio Diniz, também próximo de Palocci, e passou a ser controlado pelo grupo francês Casino, no ano de 2013.



O ex-presidente do Superior Tribunal de Justiça Cesar Asfor Rocha, delatado por Palocci

### A CASTELO DE AREIA

Operação foi suspensa no STJ em 2010

#### SUSPEITA

PF apontou que diretores da Camargo Corrêa usavam rede de doleiros para enviar dinheiro ao exterior e fazer pagamentos em espécie, incluindo caixa dois a políticos

### DIRETORES ENVOLVIDOS

Foram presos quatro diretores da Camargo Corrêa: Pietro Bianchi, Dárcio Brunato, Raggi Badra e Fernando Dias Gomes

### OPERADORES

A polícia prendeu à época Kurt Pickel, apontado como responsável por lavagem e pagamentos para a empreiteira

### LIGAÇÃO COM POLÍTICOS

Busca e apreensão recolheu documentos com dezenas de menções a políticos e obras pelo país, que acabaram nunca sendo esclarecidas

### NA JUSTIÇA

A operação foi suspensa em janeiro de 2010 no Superior Tribunal de Justiça por decisão de Cesar Asfor Rocha. No ano seguinte, a Sexta Turma da corte decidiu pela anulação de provas da operação, por 3 votos a 1

### DESPICHO

O caso nunca foi julgado. Ações penais chegaram a ser abertas, mas toda a investigação permaneceu incompleta

CONTINUA

**26 AGO 2017**

**>OUTRO LADO<**

## **Rocha afirma que acusação é infâmia e diz que corte confirmou anulação**

DE SÃO PAULO  
DE CURITIBA

O ex-presidente do STJ Cesar Asfor Rocha, a construtora Camargo Corrêa e a família do ex-ministro Márcio Thomaz Bastos negaram a prática de ilegalidades para barrar a Castelo de Areia.

Segundo Rocha, “se Antonio Palocci efetivamente produziu essa infâmia, eu o processarei e/ou a quem quer que a tenha difundido. A afirmação é uma mentira deslavada que só pode ser feita por bandido, safado e ladrão”.

O ex-magistrado e atual advogado disse que o autor da acusação agora está obrigado a revelar as circunstâncias do repasse que apontou.

“Observo que Márcio Thomas Bastos é um saudoso e querido amigo. Todavia, toda classe jurídica sabe que Márcio, até por ter compromissos com outras pessoas, nunca me prometeu apoio (o que muito me honraria), nem eu jamais lhe pedi — para ser ministro do STF. Muito menos fiz tal pedido a qualquer picareta”, afirmou Rocha.

O ex-ministro lembrou que a liminar que ele concedeu em 2010 posteriormente foi mantida pela ministra relatora Maria Thereza de Assis Moura e pela 6ª Turma do STJ, que também concedeu habeas corpus no caso.

Essa decisão depois também foi mantida pelo Supremo Tribunal Federal, relatou o ex-presidente do STJ.

A Camargo Corrêa afirmou que desconhece qualquer irregularidade. “A única participação do ministro Cesar Asfor Rocha foi a concessão de uma medida liminar, que foi objeto de recurso, tendo sido confirmada, por unanimidade, pela 6ª turma do Superior Tribunal de Justiça”.

Segundo a nota, “a anulação da operação foi confirmada pela 1ª turma do STF, que ratificou a existência de nulidade insuperável”.

O advogado José Diogo Bastos Neto, sobrinho de Márcio Thomaz Bastos, disse que a família do ex-ministro recebe a acusação com indignação. “A afirmação é uma grande mentira, uma irresponsabilidade e até um ato de covardia, uma vez que ele não está mais entre nós.”

A defesa de Palocci não se pronunciou.

26 AGO 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### Vírgula errada em cartaz 'ofusca' ato em defesa de Bretas no Rio

A frase "O Rio, está com você", exibida durante ato em apoio ao juiz Marcelo Bretas e contra o ministro Gilmar Mendes, na quinta (24), chamou atenção pelo erro gramatical: o sujeito separado do verbo por uma vírgula.

A faixa foi levada por um simpatizante do movimento "Vem pra Rua". A coordenadora do grupo no Rio, Adriana Balthazar, afirma que não sabe o nome do responsável.

"Qual é o problema? O importante é o apoio ao Bretas."



Artistas erguem faixa com frase com erro gramatical

## 96 contraponto

### O que nos separa

Alvo de um protesto que reuniu artistas e grupos de ativistas vinculados tanto à esquerda como à direita, Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, fez graça da situação. Nesta sexta (25), dia seguinte ao ato em defesa do juiz Marcelo Bretas, responsável pela Lava Jato no Rio de Janeiro, o ministro escreveu ao corregedor nacional de Justiça, João Otávio de Noronha, que atua no CNJ:

- A corregedoria poderia ter ajudado!
- Ajudado como? — respondeu Noronha.
- Corrigindo o português da faixa apresentada em apoio ao juiz! — encerrou Mendes.

O texto pró-Bretas tinha uma vírgula no lugar errado.

26 AGO 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## Procuradoria investiga 'roteiro de fuga' de empresário solto por Gilmar

E-mails e ligações indicam preparativos para viagem e acesso a dados vazados, segundo investigadores

**Defesa de Jacob Barata Filho, do setor de transporte público do Rio, nega o que chama de 'história fantasiosa'**

ITALO NOGUEIRA  
DO RIO

O Ministério Público Federal levantou indícios de que a suposta tentativa de fuga do empresário de ônibus Jacob Barata Filho, que atua no setor de ônibus do Rio, começou a ser preparada dez dias antes de sua prisão.

Ele é acusado de integrar organização criminosa que distribuiu cerca de R\$ 500 milhões de propina a agentes públicos entre 2010 e 2016.

Barata Filho foi detido em 2 de julho quando embarcava para Portugal. Os procuradores identificaram trocas de e-mails, telefonemas e atos que indicam preparativos para a saída do país ao menos desde o dia 23 de junho.

O empresário cumpre prisão domiciliar após ser beneficiado por habeas corpus concedido pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. Ele considerou que a apreensão de seu passaporte é o suficiente para evitar o eventual sumiço de Barata Filho.

Ao ser preso, o empresário estava com ofício da 7ª Vara

Federal Criminal determinando a quebra de sigilo de investigados pela Operação Ponto Final. O vazamento do documento antecipou a deflagração da ação contra a cúpula do empresariado do setor de transporte do Rio.

O papel encontrado com ele havia sido enviado no dia 21 de junho para a Caruana Financeira, instituição que concede empréstimos para o setor de transporte. A empresa recebeu oficialmente a comunicação no dia 23.

No mesmo dia 21, a agenda de Barata Filho indica almoço com o presidente da Caruana, José Garcia Netto. Embora naquela data a empresa ainda não tivesse sido oficialmente comunicada sobre a quebra de sigilo, procuradores consideram que a reunião mostra o contato direto entre os dois.

No dia 23, a secretária de Barata Filho convocou por e-mail reunião extraordinária da Fetranspor, federação das empresas de ônibus.

No encontro, marcado para o dia 28, o então presidente da entidade, Lélis Teixeira, renunciou ao cargo. No dia seguinte, ele também deixou o comando da Rio Ônibus, sindicato das empresas da capital. O executivo também seria preso na operação.

No dia 29, uma agência de viagem comprou as passagens para Portugal. O e-mail faz referência a passagens "só ida", embora tenha ocorrido emissão de retorno para o dia 12 de julho com milhagem.

Telefonemas interceptados pela PF indicam uma intensa movimentação do empresário. Em ligação, uma funcionária questiona: "Jacozinho... é... Esses computadores". "Não tem problema", responde ele. Depois, a PF interceptou conversa com a filha, que afirma estar "nervosa". "Com o quê", pergunta o empresário. "Com tudo", diz ela.

### OUTRO LADO

A defesa de Barata Filho afirmou que os fatos que antecederam sua viagem a Portugal "não autoriza a história fantasiosa sobre uma tentativa de fuga que nunca existiu". A defesa de José Garcia Netto, sócio da Caruana, disse que a conduta do executivo "sempre foi pautada pela ética, transparência e em atenção a mais absoluta legalidade".

26 AGO 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### Prazo de ação contra Lula foi seguido, afirma Moro Apelação chegou ao TRF em prazo recorde

ESTELITA HASS CARAZZAI  
DE CURITIBA

JOELMIR TAVARES  
DE SÃO PAULO

O juiz federal Sergio Moro afirmou, em resposta a reportagem publicada nesta sexta-feira (25) pela **Folha**, que os prazos do processo contra o ex-presidente Lula – que chegou em tempo recorde à segunda instância – foram “seguidos estritamente”.

“O tempo para subida de recursos da primeira instância à segunda instância depende exclusivamente da ocorrência ou não de incidentes nessa fase processual”, disse o magistrado, em nota.

A apelação de Lula contra a ação que o condenou por corrupção no caso do tríplex chegou ao TRF (Tribunal Regional Federal) da 4ª Região, em Porto Alegre, em 42 dias. É o trâmite mais rápido até o momento, da sentença ao tribunal, entre todas as apelações da Operação Lava Jato com origem em Curitiba.

Em sua resposta, Moro afirma que “é lamentável que a mera observância dos prazos legais seja invocada para alimentar teorias conspiratórias por este jornal [a **Folha**]”.

Segundo o juiz, o único diferencial, no caso da ação do tríplex, foi que as partes acabaram sendo intimadas da sentença pessoalmente, já que estavam em audiência em Curitiba no mesmo dia em que ela foi publicada.

A intimação das partes, que é obrigatória, é uma das etapas que mais consome tempo processual – e, se feita eletronicamente, tem prazo ainda mais alongado. Os réus também precisam ser notificados pessoalmente da sentença.

Segundo Moro, no caso do tríplex, essa notificação foi feita “em benefício das partes”, para que não soubessem da decisão por meio da imprensa, e contribuiu para o aceleração do processo.

“No caso em questão, os prazos processuais foram seguidos estritamente”, afirmou o magistrado.

#### OUTROS RECURSOS

Eventual condenação em segunda instância de Lula impediria sua candidatura a presidente nas eleições de outubro do ano que vem. A defesa do ex-presidente nega que ele tenha cometido qualquer irregularidade.

Levantamento feito pela reportagem aponta que a média dos demais recursos da Lava Jato, entre a Justiça Federal de Curitiba e o tribunal de Porto Alegre, foi de 96 dias. O andamento dos processos variou entre 42 e 187 dias.

No total, 31 apelações da Lava Jato tramitam ou tramitaram no TRF-4. Metade delas já foi julgada.

#### tiroteio

*Espero que o recurso de Lula siga os parâmetros dos demais casos do tribunal e seja apreciado sem vinculação com o calendário político.*

DE CRISTIANO ZANIN MARTINS, advogado do ex-presidente, sobre o processo em que o petista foi condenado ter sido o que mais rápido chegou à segunda instância.

26 AGO 2017

# FOLHA DE S. PAULO

# Janot denuncia Renan, Jucá e José Sarney

## Segundo a PGR, políticos fizeram parte de esquema que desviou recursos de subsidiária da Petrobras para PMDB

**Pedido de Temer para campanha de Chalita não foi investigado por causa de imunidade do cargo, diz Procuradoria**

LETÍCIA CASADO  
DE BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, denunciou os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL), Romero Jucá (PMDB-RR), Garibaldi Alves (PMDB-RN) e Valdir Raupp (PMDB-RO) e o ex-presidente da República José Sarney, também do PMDB.

Os delatores Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, e Fernando Reis, da Odebrecht, além de Luiz Fernando Maramaldo e Nelson Maramaldo, da NM Engenharia, também foram denunciados nesta sexta-feira (25).

Eles são acusados na Operação Lava Jato pelos crimes de corrupção passiva e ativa e lavagem de dinheiro. O esquema teria desviado recursos em contratos da Transpetro, a subsidiária da Petrobras, entre 2008 e 2012.

De acordo com a denúncia, os parlamentares teriam recebido dinheiro do presidente da Transpetro via doações oficiais a diretórios municipais e estaduais do PMDB.

Também foram repassados recursos, segundo a PGR, ao diretório nacional do PMDB, para financiar a campanha de Gabriel Chalita a prefeito de São Paulo, em 2012.

A PGR afirma ainda que Raupp procurou Sérgio Machado a pedido do presidente Michel Temer para dar dinheiro para a campanha de Chalita, mas que a suspeita não foi investigada por “vedação constitucional” —já que os fatos teriam ocorrido antes de Temer ocupar a Presidência. Chalita já afirmou desconhecer a suposta solicitação.

Agora, o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), ouvirá as defesas. Janot, que deixa o cargo em 17 de setembro, deve oferecer até o fim da gestão várias denúncias nos inquéritos abertos no Supremo a seu pedido.

Em outro processo iniciado a partir da delação de Machado, a PF concluiu não haver prova de crime de obstrução de Justiça cometido por Jucá, Renan e Sarney.

### OUTRO LADO

O advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, que defende Jucá e Sarney, afirmou que a denúncia é “uma demonstração clara de um posicionamento de um procurador em final de carreira”.

Raupp disse que as acusações são “inverídicas” e jamais tratou de doações de campanha com diretores da Transpetro e que não disputou eleições em 2012 e 2014.

Em nota, Renan disse que Machado é um “delator mentiroso” e a denúncia é “política”. “Seu teor já foi criticado

pela Polícia Federal, que sugere a retirada dos benefícios desse réu confesso porque ele acusa sem provas.” Segundo a defesa do executivo, ele continua colaborando com a Justiça e sua delação embasou várias investigações.

A assessoria de Garibaldi diz que ele “não foi beneficiário de nenhuma doação” e que o senador lamenta a “generalização que ofende a sua honra e criminaliza a política”.

26 AGO 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### Fazer 70 anos não garante prescrição a Azeredo

Ex-governador de MG foi alvo de condenação

CAROLINA LINHARES  
DE BELO HORIZONTE

O aniversário de 70 anos do ex-governador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), em setembro do ano que vem, não garante que seus crimes no chamado mensalão tucano prescrevam segundo especialistas ouvidos pela **Folha**.

De acordo com o Código Penal, os prazos de prescrição caem pela metade “quando o criminoso era [...] na data da sentença, maior de setenta anos”. A expressão “na data da sentença” é que gera discordância. A sentença pode ser entendida pela Justiça como a primeira condenação recebida ou a última.

“O STF (Supremo Tribunal Federal) já entendeu que a redução da prescrição pelo advento dos 70 anos de idade do réu pode ocorrer até que haja o trânsito em julgado, como também de uma forma mais restritiva, afirmando que a redução da prescrição deve ser aferida exclusivamente na data da primeira decisão condenatória”, diz o criminalista Maurício Campos.

O caso de Azeredo, que recebeu a primeira condenação aos 67 anos, mas ainda não esgotou os recursos, depende do entendimento dos tribunais que julgarem seu direito à prescrição.

“Se prevalecer a posição majoritária adotada atualmente pelos tribunais superiores, o fato do réu completar 70 anos após a primeira sentença condenatória não alteraria em nada a contagem da prescrição”, diz Campos.

Para o professor de processo penal da USP Gustavo Badaró, vale a primeira sentença. “A lei não diz que tem que estar transitado em julgado.”

No caso de Azeredo, o cálculo do prazo de prescrição depende da pena aplicada a cada crime: é de três anos para penas de menos de um ano e vai até 20 anos, no caso de penas acima de 12 anos de prisão.

Esse prazo deve ser respeitado entre a data em que o crime ocorreu até a data do recebimento da denúncia, bem como entre a denúncia e a primeira condenação ou entre a condenação e o julgamento de recursos. Essa regra foi modificada em 2010, mas segue valendo para Azeredo, pois seu caso é anterior.

Três acusados no mensalão tucano já atingiram 70 anos e se beneficiam da prescrição, pois não haviam sido condenados —ao contrário de Azeredo, o único de 12 réus a receber pena até agora.

A acusação contra Azeredo refere-se a sua campanha à reeleição em 1998. O tucano é acusado de desviar R\$ 3,5 milhões de empresas estatais (peculato) e lavar esse dinheiro por meio das empresas do publicitário Marcos Valério para financiar a campanha.

A denúncia foi aceita pelo STF em 2009, quando Azeredo era parlamentar. Ele renunciou em 2014, fazendo com que a ação penal fosse enviada à Justiça comum.

O prazo entre os crimes e o recebimento da denúncia é, portanto, de 11 anos. A primeira condenação (a 20 anos e dez meses de prisão) veio em dezembro de 2015. Nesta terça (22), o Tribunal de Justiça de Minas manteve a condenação por peculato e lavagem de dinheiro, mas reduziu a pena em nove meses.

O Tribunal de Justiça de Minas, a segunda instância da Justiça, ainda autorizou a prisão de Azeredo, mas só depois de esgotados os recursos na corte. A **Folha** buscou contato com a defesa de Azeredo, mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem.

# FOLHA DE S. PAULO

## MÔNICA BERGAMO MÚSICA NO TRIBUNAL

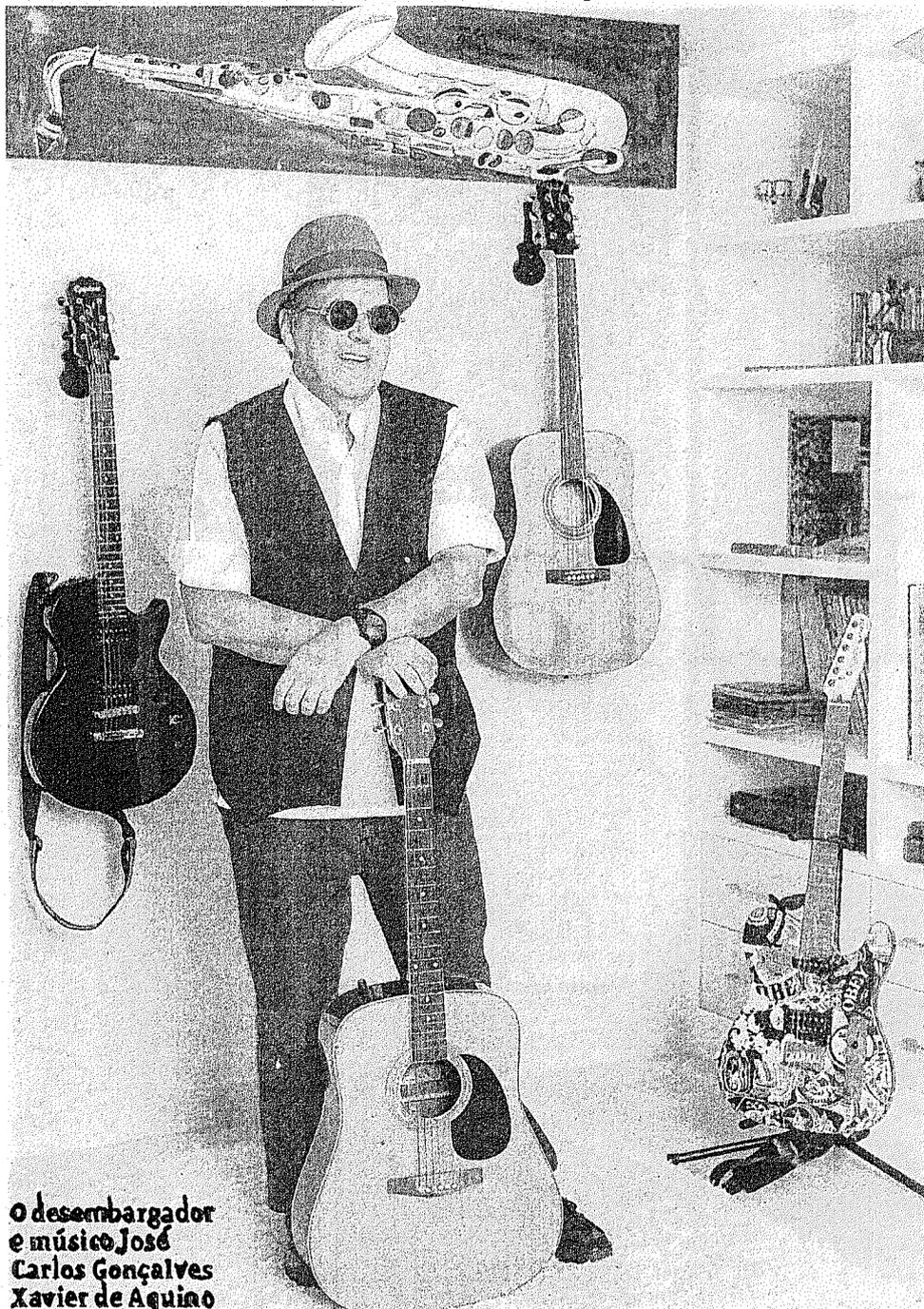
# 26 AGO 2017

Mais antigo desembargador no Tribunal de Justiça de SP, José Carlos Gonçalves Xavier de Aquino, 66, fará show para filmar o primeiro DVD de sua carreira de músico, às 18h de domingo (27), no Selva Club, na rua Augusta.

canta e que compôs sozinho e com parceiros. Em gravação, o CD terá participação de nomes como Paula Fernandes e Michel Freidenson.

Ele lançará "Essa É a Minha Praia", seu décimo álbum. "É uma bossa pop", diz o paulistano sobre as 15 faixas em que

"E tem o Norival D'Angelo, baterista que eu empresto para o Roberto Carlos", brinca. A apresentação terá a renda revertida para a Associação Cruz Verde, que atende crianças com paralisia cerebral.



O desembargador e músico José Carlos Gonçalves Xavier de Aquino

26 AGO 2017

## FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

### **RECICLAGEM**

Homens que praticarem atos obscenos e de importunação ofensiva ao pudor em trens, metrô e ônibus de SP terão nova via de transição penal antes de um processo: um curso "reflexivo". As aulas integram campanha de conscientização contra o abuso sexual no transporte público que exibirá cartazes em estações e veículos.

### **RECICLAGEM 2**

A ação é liderada pelo Tribunal de Justiça de SP e teve a adesão de companhias de transporte, OAB e polícias. "Só a prestação de serviços comunitários e multas não são suficientes para que essas pessoas mudem suas condutas machistas", diz a juíza Tatiane Moreira Lima, idealizadora da iniciativa.

26 AGO 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## Promotoria pede internação de jovem que agrediu professora

**Caso aconteceu em Indaial (SC); rapaz de 15 anos tem antecedentes**

LUIS KAWAGUTI  
DO UOL

O Ministério Público de Santa Catarina pediu à Justiça a internação provisória, em regime fechado, do adolescente que agrediu uma professora com socos em uma escola de Indaial.

A agressão à professora Marcia Friggi ganhou grande repercussão na última segunda-feira (21), após ela publicar em redes sociais uma foto em que aparecia com cortes e hematomas no rosto causados pelas agressões do aluno de 15 anos.

“Pedi ao juiz a internação [do jovem] porque outras medidas não foram suficientes [no passado]”, afirmou ao UOL a promotora Patrícia Dagoistin Tramontin. Em depoimento, o garoto disse que agiu por “impulso”.

O jovem de 15 anos já esteve envolvido em três outros casos de agressão ou ameaça, segundo a Promotoria. Em um deles, no qual teria agredido um colega de escola, respondeu a um processo judicial e teve que prestar serviços comunitários.

Os outros dois casos foram registrados, mas não chegaram a se transformar em processos. Em um deles o adolescente chegou a ser acusado de agredir a própria mãe, mas ela não teria tido interesse em seguir em frente com o processo. O terceiro caso foi uma ameaça contra um conselheiro tutelar.

Se o pedido da Promotoria for aceito pela Justiça, o adolescente pode ficar 45 dias preso em regime fechado em uma instituição especializada. Essa pena pode, em tese, ser estendida para até três anos por decisão judicial.

O jovem foi ouvido pela promotora na manhã desta sexta-feira (25) e o caso foi encaminhado a um juiz. O aluno responderá por ato infracional equivalente a lesão corporal e injúria.

A assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça de Santa Catarina disse que a Vara da Infância e Juventude de Indaial não se pronunciará pois o caso foi declarado sob sigilo de Justiça.

27 AGO 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Advogado acusa amigo de Moro de intervir em acordo

Em anotações, investigado diz ter recusado oferta para 'melhorar' delação

**Amigo de Moro propôs facilidade na Lava Jato, diz investigado**

O ex-advogado da Odebrecht Rodrigo Duran acusa o advogado Carlos Zucolotto Jr., amigo do juiz Sergio Moro, de intermediar negociações paralelas dele com a força-tarefa da Lava Jato, informa **Mônica Bergamo**.

A tratativa envolveria pena e multa menores em acordo de delação. Zucolotto nega elo com a Lava Jato. Moro o defendeu e disse que a alegação de Duran é falsa.

**Informações são de Rodrigo Tacla Duran, que trabalhou para a Odebrecht e chegou a ser preso na Lava Jato**

**MÔNICA BERGAMO**  
COLUNISTA DA FOLHA

O advogado Rodrigo Tacla Duran, que trabalhou para a Odebrecht de 2011 a 2016, acusa o advogado trabalhista Carlos Zucolotto Junior, amigo e padrinho de casamento do juiz Sergio Moro, de intermediar negociações paralelas dele com a força-tarefa da Operação Lava Jato.

A mulher de Moro, Rosângela, já foi sócia do escritório de Zucolotto. O advogado é



**Zucolotto com Moro, o cantor Samuel Rosa e Rosângela Moro**

também defensor do procurador Carlos Fernando dos Santos Lima em ação trabalhista que corre no STJ (Superior Tribunal de Justiça).

As conversas de Zucolotto com Tacla Duran envolveriam abrandamento de pena e diminuição da multa que o ex-advogado da Odebrecht deveria pagar em um acordo de delação premiada.

Em troca, segundo Duran, Zucolotto seria pago por meio de caixa dois. O dinheiro serviria para "cuidar" das pessoas que o ajudariam na negociação, segundo correspondência entre os dois que o ex-advogado da Odebrecht diz ter em seus arquivos.

As informações e a transcrição da suposta correspondência estão em um livro que Duran está escrevendo e que pretende lançar até outubro. A **Folha** teve acesso à íntegra do texto, que foi publicado e depois retirado da internet.

A assessoria de Tacla Duran confirma que a obra é dele. Diz que o texto foi postado na rede por engano mas que será republicado em breve e sem alterações substanciais em seu conteúdo.

Zucolotto nega as acusações. Os procuradores citados por Tacla Duran afirmam que nem sequer conhecem o advogado amigo de Moro.

**CONTINUA**

O juiz diz que Zucolotto é “sério e competente” e afirma ser “lamentável que a palavra de um acusado foragido da Justiça brasileira [Tacla Duran] seja utilizada para levantar suspeitas infundadas sobre a atuação da Justiça” (leia mais na pág. A5).

### FICHA

Tacla Duran foi acusado de lavagem de dinheiro e de formação de organização criminosa pelo Ministério Público Federal. O advogado tentou fazer delação premiada, mas as negociações fracassaram.

Ele teve a prisão decretada por Moro. Chegou a ser detido na Espanha em novembro de 2016. Em janeiro, foi libertado. O Brasil pediu a sua extradição, mas a Espanha negou — Tacla Duran tem dupla cidadania.

Desde então, ele vem dando entrevistas com acusações à Lava Jato e à Odebrecht. Conforme a **Folha** publicou, ele diz que a empreiteira fraudou documentos apresentados em seu acordo de delação premiada.

### NA PARALELA

No texto publicado na internet, ele afirma que, entre março e abril de 2016, tratou das investigações da Lava Jato com Zucolotto. O escritório do advogado atuava havia dois anos como correspondente da banca Tacla Duran Advogados Associados, no acompanhamento de audiências trabalhistas e execuções fiscais.

“Carlos Zucolotto então iniciou uma negociação paralela entrando por um caminho que jamais imaginei que seguiria e que não apenas colocou o juiz Sergio Moro na incômoda situação de ficar impedido de julgar e deliberar sobre o meu caso, como também expôs os procuradores da força-tarefa de Curitiba”, escreveu Duran.

Ele diz que estava nos EUA e que, por isso, a correspondência entre os dois ocorria através do aplicativo de mensagens Wickr, que criptografa e pode ser programado para destruir conversas.

“Ao se prontificar a me ajudar”, segue, “Zucolotto explicou que a condição era não aparecer na linha de frente. Revelou ter bons contatos na força-tarefa e poderia trabalhar nos bastidores”.

Antes que Zucolotto entrasse no circuito, segundo ainda o texto de Duran, o procurador Roberson Pozzobon teria proposto que ele pagasse uma multa de US\$ 15 milhões à Justiça. Duran diz que não aceitava a proposta.

“Depois de fazer suas sondagens, Zucolotto conversou comigo pelo Wickr”, afirma o ex-advogado da Odebrecht.

Na suposta correspondência, Zucolotto afirma ter “como melhorar” a proposta de Pozzobon. Diz também que seu “contato” conseguiria “que DD [Deltan Dallagnol]” entrasse na negociação.

Ainda segundo Duran, a ideia de Zucolotto era alterar o regime de prisão de fechado para domiciliar e diminuir a multa para um terço do valor, ou seja, US\$ 5 milhões.

“E você paga mais um terço de honorários para poder resolver isso, me entende?”, teria escrito Zucolotto, segundo a suposta transcrição da correspondência entre eles. “Mas por fora porque tenho de resolver o pessoal que vai ajudar nisso.”

Duran diz então que, “de fato, os procuradores Julio Noronha e Roberson Pozzobon enviaram por e-mail uma minuta de acordo de colaboração com as condições alteradas conforme o que Zucolotto havia indicado em suas mensagens”.

### RECUSA

Ele teria recebido a proposta no dia 27 de maio de 2016, uma sexta-feira. Teria que voltar ao Brasil três dias depois, para assinar o acordo.

“Sozinho na minha casa na Flórida, pensei muito sobre isso e decidi que não assinaria nem voltaria ao Brasil”, afirma Duran. Ele diz ter enviado um advogado para representá-lo na reunião.

“Ao serem informados da minha recusa em admitir crimes que não cometera, os procuradores de Curitiba não quiseram mais conversa e encerraram a negociação”, diz. “Foi nosso último contato”, afirma Duran na última linha de seu texto.

**“ Carlos Zucolotto então iniciou uma negociação paralela entrando por um caminho que jamais imaginei que seguiria e que não apenas colocou o juiz Sergio Moro na incômoda situação de ficar impedido de julgar e deliberar sobre o meu caso, como também expôs os procuradores da força-tarefa de Curitiba**

[...]

**Ao se prontificar a me ajudar, Zucolotto explicou que a condição era não aparecer na linha de frente**

RODRIGO TACLA DURAN  
em projeto de livro

CONTINUA

# 'Nunca me envolvi com a Lava Jato', afirma defensor

**Amigo de Moro diz que relato não tem 'o mínimo de verdade'; para juiz, suspeita é 'falsa' e 'lamentável'**

DA COLUNISTA DA FOLHA

O juiz Sergio Moro saiu em defesa do advogado Carlos Zucolotto Junior e disse, por meio de nota, ser "lamentável que a palavra de um acusado foragido da Justiça brasileira seja utilizada para levantar suspeitas infundadas sobre a atuação da Justiça".

"A alegação de Rodrigo Tacla Duran de que o sr. Carlos Zucolotto teria prestado alguma espécie de serviço junto à força-tarefa da Lava Jato ou qualquer serviço relacionado à advocacia criminal é falsa", disse o magistrado.

Moro admite que os dois são amigos — Zucolotto foi padrinho de casamento dele e os dois vão juntos a programas como um show do Skank, em Curitiba.

"O sr. Carlos Zucolotto é pessoa conhecida do juiz titular da 13ª Vara Federal [o próprio Moro] e é um profissional sério e competente", afirma o magistrado.

"O sr. Carlos Zucolotto atua na área trabalhista e jamais advogou em matéria criminal", disse ainda o juiz.

O próprio Moro, ao receber os questionamentos da **Folha**, entrou em contato com o advogado e enviou as explicações dele ao jornal.

"A partir das perguntas efetuadas, o sr. Carlos Zucolotto, consultado, informou que foi contratado para extração de cópias de processo de execução fiscal por pessoa talvez ligada a Rodrigo Tacla Duran em razão do sobrenome (Flávia Tacla Duran) e por valores módicos", diz Moro.

Flávia é irmã de Rodrigo Tacla Duran.

Moro afirmou ainda que sua mulher, Rosângela, participou "de uma sociedade de advogados" com Zucolotto, mas "sem comunhão de trabalho ou de honorários".

Segundo ele, Rosângela "jamais trabalhou em processos do escritório do sr. Carlos Zucolotto e vice-versa".

## 'PERFIL FALSO'

O advogado também nega ter feito qualquer negociação paralela com a força-tarefa da Operação Lava Jato para aliviar a situação de Rodrigo Tacla Duran.

"Não tem o mínimo de verdade nisso. Não existe", diz Zucolotto. "Eu não conheço ninguém [da força-tarefa]. Nunca me envolvi com a Lava Jato. Sou da área trabalhista. Não tenho contato com procurador nenhum", diz.

Ele afirma ainda que nunca se encontrou nem conversou com Tacla Duran, muito menos por meio do aplicativo Wickr, que destrói as mensagens recebidas.

"Nunca baixei esse aplicativo no meu telefone. Não tinha nem ouvido falar que existe", afirma.

Ele diz ainda que Duran não pode ter registros de conversas entre os dois porque elas "nunca existiram. Só se ele inventou um perfil falso".

## ATUAÇÃO

Segundo Zucolotto, "muita gente quer se livrar da caneta do Moro", e Tacla Duran tenta atingi-lo com essa finalidade.

Ele diz que de fato seu escritório foi correspondente da banca Tacla Duran Advogados Associados, na área de execução fiscal e trabalhista.

O contato de trabalho, no entanto, era Flávia, irmã do ex-advogado da Odebrecht. "Eu nem sabia que ele [Rodrigo Tacla Duran] fazia parte do escritório. Nem sabia quem era a pessoa dele."

A força-tarefa de Curitiba disse, por meio da assessoria de imprensa, que nenhum dos procuradores citados no diário de Tacla Duran conhece o advogado Zucolotto.

Eles reforçam ainda que Duran é acusado de cometer 104 crimes de lavagem de dinheiro e organização criminosa, com desvios de bilhões de reais.

**CONTINUA**

27 AGO 2017

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

## SÓCIO

O procurador Carlos Fernando dos Santos Lima afirmou, também por meio da assessoria, que seu advogado na ação trabalhista que corre no STJ (Superior Tribunal de Justiça) é, na verdade, Vicente Paula Santos. O nome de Carlos Zucolotto aparece na ação porque ele já foi sócio de Paula Santos.

Em um comentário publicado nas redes sociais na semana retrasada, Carlos Fernando dos Santos Lima afirmou que Rodrigo Tacla Duran chegou ao Ministério Público “cheio de mentiras” e fugiu após ter sua proposta de colaboração recusada.

(MÔNICA BERGAMO)

27 AGO 2017

# FOLHA DE S. PAULO

MARCTUS MELHEM

## Gilmar deveria processar Gilmar

Se atitudes que questionam a imparcialidade de um ministro são condenáveis, Gilmar deveria se processar

**QUANDO** O ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes pôs em liberdade o médico Roger Abdelmassih, condenado a 278 anos de prisão por 58 estupros, a atriz Monica Iozzi, indignada, fez um post na internet criticando a decisão.

Foi processada por Mendes e — condenada por outro juiz — teve que pagar R\$ 30 mil por danos morais.

Na sentença, o juiz que a puniu disse que a atitude de Monica acabava tornando questionável o caráter de Mendes e “a imparcialidade na condição de julgador, fato suficiente para atingir a sua honra e imagem”.

Bom, se atitudes que questionem a imparcialidade do ministro merecem condenação, está na hora de Gilmar Mendes processar a si mesmo.

A mais recente razão foi o habeas corpus concedido por Mendes a Jacob Barata Filho. Gilmar foi padrinho de casamento da filha do preso.

O ministro deveria processar o padrinho por colocar em xeque a sua imparcialidade.

Em outro caso, um dia depois de Janot apresentar denúncia contra Michel Temer por corrupção passiva, Mendes jantou em sua casa e fora da agenda oficial com o próprio Temer, Eliseu Padilha e Moreira Franco. Esse encontro poderia ter comprometido a imparcialidade do ministro, que deveria processar o anfitrião.

Há pouco tempo, veio à tona que a J&F, controladora da JBF, gastou mais de R\$ 2 milhões em patrocínios a eventos do Instituto Brasileiro de Direito Público, que tem Mendes como sócio.

Sem entrar no mérito do que sinaliza para a sociedade um ministro do

Supremo ser sócio de uma faculda de que já recebeu até mesmo patrocínio da Caixa Econômica Federal, esse dinheiro da J&F já seria motivo para o Gilmar Mendes ministro processar seu eu empresário por comprometer sua clara imparcialidade.

Em outro exemplo da onipresença de Gilmar Mendes, a polícia gravou um telefonema de Aécio Neves ao ministro pedindo que este ligasse para outro senador para conseguir seu voto em um projeto. Aécio é investigado em seis inquéritos no Supremo. E ainda assim tem a liberdade de ligar para o celular de Mendes e ser atendido em um favor político.

O ministro deveria processar imediatamente o amigo do senador que o colocou em grave suspeição.

Gilmar Mendes tem razões de sobra para processar todos os outros Gilmar Mendes que colocam em dúvida sua imparcialidade: o padrinho, o anfitrião noturno, o empresário, o assessor político... Tem tudo pra ganhar.

Aliás, como jamais se considera impedido, ele mesmo poderia julgar seu processo contra si. Acho que ninguém se espantaria.

### ELIO GASPARI

#### GILMAR, O SUPREMO

Se e quando a ministra Cármen Lúcia tirar da gaveta os pedidos de impedimento de Gilmar Mendes em processos nos quais é acusado de ter conexões impróprias, o polivalente juriconsulto deverá lutar pelo resultado da votação no plenário.

Parece certo que seus colegas não votarão pelo seu impedimento. Semelhante sinal de desconfiança seria um inédito tapa de luva. Também parece certo que ele não conseguirá uma unanimidade a seu favor.

Se tiver um só voto contra, terá ganho bonito. Se forem dois, terá ganho mal. A partir do terceiro voto contra, terá perdido feio.

27 AGO 2017

# FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

## O monstro de Mato Grosso

**BRASÍLIA-** O ministro Luiz Fux avisou: uma delação “monstruosa” estava prestes a vir à tona. O monstro deixou o fundo do lago na sexta-feira. Tem quatro volumes, 15 apensos e alguns gigabytes de vídeos com cenas de corrupção explícita.

As imagens foram gravadas na sede do governo de Mato Grosso. Os personagens mudam, mas a ação é sempre a mesma: políticos recebendo propina em dinheiro vivo.

Um deputado armazena as cédulas numa caixa de papelão. Outro usa uma mochila. O atual prefeito de Cuiabá, o peemedebista Emanuel Pinheiro, prefere encher os bolsos do paletó. É tanta grana que um maço de notas chega a cair no chão.

O principal delator do esquema é o ex-governador Silval Barbosa, também do PMDB. Ele contou que deputados, prefeitos e conselheiros do Tribunal de Contas recebiam um mensalinho para não atrapalhar a roubalheira no Estado.

A Procuradoria afirma que a organização criminoso era chefiada por Blairo Maggi, ex-governador de Mato Grosso e atual ministro da Agricultura. Ele já havia aparecido na delação da Odebrecht, acusado de receber R\$ 12 milhões. Seu apelido nas planilhas da empreiteira não está entre os mais criativos: “Caldo”.

O mensalinho pantaneiro também foi delatado pelo ex-deputado José Riva, conhecido pelo título de “maior ficha-suja do Brasil”. Alvo de dezenas de processos, ele já foi preso três vezes. Em abril, voltou às ruas graças a um habeas corpus concedido por Gilmar Mendes, seu conterrâneo.

Quando a Polícia Federal começou a cercar a quadrilha mato-grossense, em 2015, o supremo ministro ligou para Silval. Interceptada dentro da lei, a conversa revela um juiz amável com o investigado.

“Que absurdo!”, “Meu Deus do céu!”, exclama Gilmar, ao ser informado sobre as buscas na casa do então governador. O ministro promete falar com o colega que relatava o caso no tribunal e se despede com afeto: “Um abraço aí de solidariedade”.

ENTREVISTA LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO, 71

# Semipresidencialismo é gambiarra institucional

PARA HISTORIADOR, DISCUSSÃO SOBRE PARLAMENTARISMO É OPORTUNISTA E RETOMADA POR DERROTADOS NAS ELEIÇÕES

## RAIO-X

- **Nome:** Luiz Felipe de Alencastro
- **Idade:** 71
- **Formação:** Graduado em ciências políticas na Universidade de Aix-en-Provence (França), doutorado em história moderna e contemporânea na Universidade de Paris X
- **Carreira:** Professor da Escola de Economia da FGV (Fundação Getúlio Vargas), em São Paulo, e professor emérito da Universidade de Sorbonne, em Paris

MARIO CESAR CARVALHO  
DE SÃO PAULO

O semipresidencialismo proposto pelo presidente Michel Temer e pelo ministro do Supremo Gilmar Mendes "só piora o que já está ruim", diz o historiador Luiz Felipe de Alencastro, 71, professor emérito da Sorbonne, em Paris, e da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo.

Alencastro dá um exemplo concreto dos riscos de se ter um presidente eleito pelo voto direto e um primeiro-ministro escolhido pelo Congresso: o presidente viraria refém de governadores de Estados como São Paulo e Rio, que controlam grandes bancadas e podem derrubar o primeiro-ministro. Seria uma volta à Primeira República (1889-1930), quando os governadores controlavam a Presidência, afirma.

Folha - O sr. criticou o presidente Temer e o ministro do Supremo Gilmar Mendes quando eles defenderam o semipresidencialismo. Qual o problema desse regime?

**Luiz Felipe de Alencastro** – Há duas questões prévias. A primeira é que o tema do parlamentarismo foi submetido a sufrágio popular em 1963, em situação tumultuada, e foi recusado por quase três quartos do votos. Isso ocorreu de novo em 1993, o tema foi exaustivamente discutido e teve só 25% dos votos.

### Por que a volta agora?

O parlamentarismo foi retomado de maneira oportunista por candidatos derrotados. É uma gambiarra institucional. Eleição presidencial é a disputa mais importante, quando o país vira um colégio eleitoral único e os debates são verdadeiramente nacionais. O Brasil é o único agregado colonial europeu que não se fragmentou.

### Isso é uma qualidade?

Isso é um fato histórico, e a eleição presidencial é um momento alto da identidade nacional, onde o presidente tem de catar voto pelo país todo numa campanha exaustiva. Esse debate é retomado como se nunca tivesse sido discutido antes. Isso é insultante à opinião pública. Todos os regimes são bons num sistema democrático. Tem de saber como é que vai ser aplicado o parlamentarismo aqui. Mas os

proponentes dessa reforma não têm interesse em aprofundar o debate porque ele está cheio de incógnitas.

### Que incógnitas?

Semipresidencialismo é o regime em que o presidente é eleito pelo voto direto, tem prerrogativas próprias definidas na Constituição e coabita com um primeiro-ministro escolhido pelo parlamento.

Ora, todos os regimes que adotaram o semipresidencialismo tinham um parlamentarismo integral, onde não havia eleição presidencial direta. Em alguns casos eram monarquias, como a Irlanda, que virou república e instaurou o regime semipresidencialista em 1937. Ou a Finlândia, a primeira a instaurar esse regime em 1919, que era um grão-ducado russo e tinha um parlamento aristocrático. A França, o caso mais conhecido, e Portugal eram regimes parlamentaristas e introduziram eleição direta para presidente, um cargo que já existia. Houve referendo e discussão.

O fato de o presidente Temer e o ministro Gilmar Mendes estarem falando nisso significa que estão pensando a curto prazo. Não é função do Supremo fazer isso. Criar o semipresidente a partir de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) seria um abuso do Congresso.

CONTINUA

27 AGO 2017

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

**Seria outra jabuticaba, algo que não existe no mundo?**

Exatamente. Mas tem mais jabuticaba. Nenhum desses países é federalista nas três esferas. O semipresidencialismo desequilibra o poder. O presidente é eleito por voto direto. Já o primeiro-ministro saiu do Congresso. O senador José Serra, eleito com milhões de votos, vai aceitar que o voto dele na escolha do primeiro-ministro tenha o mesmo peso que um deputado de São Paulo que foi eleito com 300 votos na chapa do Tiririca?

**É por isso que o sr. chama o regime de gambiarra?**

Sim, é um casuísmo gigantesco, que só piora o que está ruim. O semipresidente será mais fraco do que um presidente. O que vai acontecer? Os governadores, sobretudo os de Estados fortes como São Paulo e Rio, alinhados com suas bancadas, vão ter condições de dar xeque-mate no Executivo federal porque serão mais poderosos. Eles podem derrubar o primeiro-ministro. Isso desequilibra os poderes. Voltaremos à Primeira República (1889-1930).

**O sr. acha que implantar esse regime seria um golpe?**

Acho que sim. Acompanho esse debate há muito tempo. Em 2002, quando havia o risco de Lula ser eleito presidente, o [atual ministro das Relações Exteriores] Aloysio Nunes, que era deputado, apresentou uma PEC parlamentarista, que depois foi afundada. O PSDB diz ter um programa parlamentarista, mas Fernando Henrique esqueceu isso quando foi presidente. O que ele fez com a maioria que tinha no Congresso? Governou por meio de medidas provisórias, criou um hiperpresidencialismo, coroado pela reeleição. Se

fosse tão bom assim, ele teria instaurado o semipresidencialismo em 1998. Isso é um insulto à inteligência.

**O que o sr. acha do distritão?**

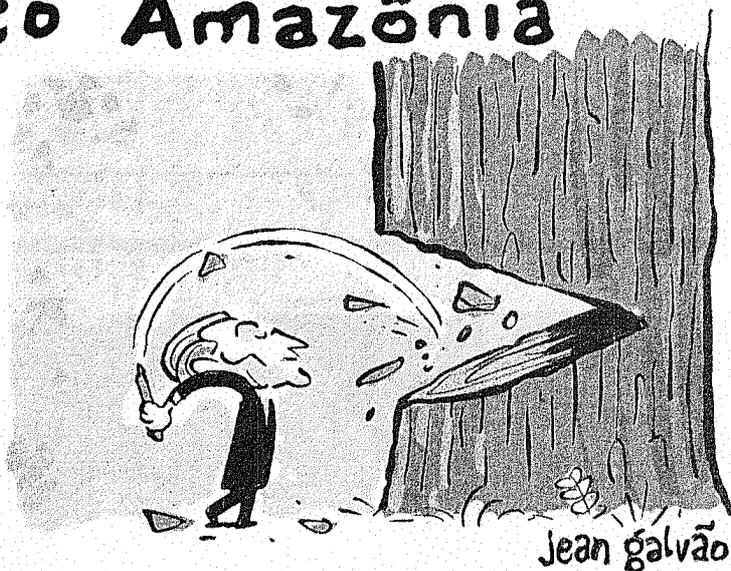
Tem um colega aqui na FGV que estuda voto distrital, o Jorge Avelino, que acha muito difícil ser viabilizado porque os votos dos deputados estão muito espalhados.

**Mas haveria algum ganho?**

O que estou discutindo é que esse governo, de competência derivada, porque decorreu da eleição de Dilma Rousseff, está aplicando uma reforma oposta ao programa de governo que o Temer assinou quando aceitou ser vice. Esse governo não tem legitimidade para virar a mesa, acabar com a CLT, privatizar ou reduzir reserva indígena. A reforma da CLT é feita às escondidas. O [Emmanuel] Macron está fazendo reformas na França, mas foi eleito com essa plataforma e discute com sindicatos.

27 AGO 2017

FOLHA DE S. PAULO  
Decreto Amazônia



27 AGO 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## PAINEL DO LEITOR

### LavaJato

Antonio Palocci afirmou que o ex-presidente do STJ Cesar Asfor Rocha recebeu suborno no valor de pelo menos R\$ 5 milhões ("Poder", 26/8). Denúncia tão grave envolvendo um membro dos tribunais superiores ilustra bem o quadro sombrio do país. É preciso urgentemente aumentar o controle sobre o Judiciário e buscar uma via rápida para o impeachment dos seus membros de comportamento ilícito ou inadequado para o posto.

OTÁVIO DE QUEIROZ (São Paulo, SP)

A notícia sobre o ex-presidente do Superior Tribunal de Justiça Cesar Asfor Rocha baseia-se em falsidades. O trancamento do processo citado não foi inédito. A jurisprudência do STJ e do STF já determinava a nulidade de processos baseados apenas em denúncia anônima, o que não legitima interceptações. Por fim, a liminar foi mantida e ratificada no STJ e no STF, por unanimidade. Cabe notar que a **Folha** já noticiou que a pretensa delação do ex-ministro da Fazenda está há meses emperrada por um motivo singular: segundo relatos atribuídos a procuradores da República, ele conta focos e não apresenta provas.

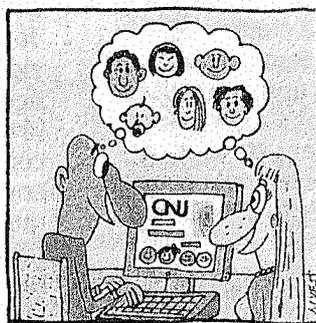
CRISTINA FERREIRA, assessora de imprensa do escritório Cesar Asfor Rocha Advogados (São Paulo, SP)

Caso o fato seja mesmo comprovado, fica mais uma vez escancarada a encrenca em que nos metemos. É grande a desilusão quando se desconfia até mesmo da Justiça.

ÉDISON GONÇALVES (São Paulo, SP)

## PAINEL

**Bem-vindos** A Corregedoria do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) vai apresentar até novembro proposta para reformular o Cadastro Nacional de Adoção. Hoje, 7.926 crianças estão na fila de espera por uma família.



**Diversidade** O plano é mudar o sistema de buscas de modo que ele possa exibir um número maior de perfis de crianças, em vez de listar apenas os que se encaixem perfeitamente na demanda.

## PAINEL

**É o amor** O ministro Ricardo Barros (Saúde) disseminou em grupos de WhatsApp mensagens em que faz propaganda pela candidatura de sua mulher, Cida Borghetti, ao governo do Paraná.

27 AGO 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### As mulheres que amamos

**CÉSAR MUÑOZ ACEBES**

**Quando uma mulher é morta por violência doméstica, todos nós falhamos. O que poderíamos ter feito para evitar essas mortes?**

No dia 20 de agosto, às 6h30, Cláudia Zerati foi morta em seu apartamento, em um prédio com piscina, sauna e academia em Perdizes, um bairro de classe média alta de São Paulo. Cerca de 34 horas depois, Síria Silva Souza foi morta em um barraco de madeira sem eletricidade, no Jardim Ângela.

Cláudia tinha 42 anos e era branca. Síria, 18 e era negra. Cláudia era juíza. A profissão de Síria não consta no boletim de ocorrência.

Há ainda a dona de casa Maria do Carmo Cândido, 67, e a advogada Celina Moura Mascarenhas Gama, 35. Também foram mortas em São Paulo no dia 21.

Quatro mulheres assassinadas em dois dias por parceiros ou ex-parceiros. Homens que diziam que as amavam.

Esses casos são um bom retrato de homens no Brasil que enxergam o corpo da mulher como sua propriedade. Nossas pesquisas mostram que as vítimas são mulheres de todas as idades e classes. Vivem em todos os cantos do país. Muitas vezes são mortas com uma brutalidade extrema, com facas, martelos ou fogo.

Os agressores por vezes também atacam familiares, quando não seus próprios filhos. Se sobrevivem, essas crianças carregam as cicatrizes dessas experiências traumáticas para o resto de suas vidas.

Quando uma mulher é morta como resultado da violência doméstica, todos nós falhamos. É imperativo que os assassinos sejam julgados e punidos. Mas poderíamos ter feito mais para evitar essas mortes?

A resposta é um inequívoco sim.

Atitudes que parecem “menos graves”, como ameaças e empurrões, podem ser as primeiras ações de um padrão de abuso que leva à morte. Milhares de mulheres sofrem vários episódios de violência antes de criarem coragem para denunciá-la. E o acesso à justiça pode se tornar um sofrimento.

Conversei com mulheres que caminharam à noite para uma delegacia de polícia depois de apanhar, apenas para serem orientadas a ir embora e esperar a delegacia da mulher abrir para fazerem a denúncia.

A maioria dessas delegacias está fechada à noite e aos fins de semana, quando se registram mais casos de violência doméstica.

Mesmo nas delegacias da mulher, algumas vítimas precisam relatar os abusos, inclusive sexuais, na recepção, onde ficam expostas ao

constrangimento ou mesmo a maior risco caso os agressores descubram que lá estão.

Os policiais que tomam as declarações frequentemente possuem pouco ou nenhum treinamento em violência doméstica.

E muitas dessas denúncias não vão a lugar nenhum. Uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) constatou em 2013 que, em alguns Estados, apenas uma pequena parte dos boletins de ocorrência se transforma em inquéritos e, destes, poucos resultam em denúncias.

A maioria dos Estados nem sequer forneceu os dados requeridos pela CPI. Mulheres sob ameaça podem obter medidas protetivas, mas a grande maioria ainda não é monitorada.

Geralmente há uma escalada na violência doméstica. O Estado perde a chance de interromper esse ciclo, não respondendo adequadamente às vítimas que buscam ajuda.

É tarde demais para as quatro que morreram em São Paulo. A melhor homenagem a elas é não desviar o olhar quando nossas colegas de trabalho, nossas irmãs e nossas mães sofrem e pressionar as autoridades para que abram os seus olhos. E atuem.

CÉSAR MUÑOZ ACEBES é pesquisador sênior do Brasil na Human Rights Watch. Foi editor-chefe na agência Efe em Brasil, Equador e Paraguai

28 AGO 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Cunha diz que Fachin obstrui julgamento

Para ex-deputado, ministro não avalia pedido de habeas corpus por já ter sido derrotado no caso de José Dirceu

**Em carta, peemedebista afirma que juiz do STF mantinha 'relação de amizade' com Joesley e Saud, delatores da JBS**

BRUNO BOGHOSSIAN  
DE BRASÍLIA

Com dificuldades na negociação de sua delação premiada, o ex-deputado Eduardo Cunha abriu uma ofensiva contra o relator da Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), Edson Fachin. Ele acusa o ministro de obstruir pedidos de liberdade e beneficiar executivos da JBS.

Em nota escrita no complexo penal em que está preso, o peemedebista relata que Joesley Batista e Ricardo Saud, da JBS, pediram ajuda para aprovar o nome de Fachin para o STF, em 2015, e que disseram manter "relação de amizade" com o então candidato.

"Quando Joesley Batista e Ricardo Saud me procuraram para ajudar na aprovação [de] Fachin, além da relação de amizade que declararam ter com ele, me passaram a convicção de que o país iria ganhar com a atuação de um ministro que daria a assistência jurisdicional de que a sociedade necessitava."

O ex-presidente da Câmara alega que Fachin concedeu "assistência célere e eficiente" aos donos da JBS, "que em apenas três dias conseguiram homologar um acordo vergonhoso, onde ficaram livres, impunes e ricos".

**“Alguém ligado a mim saiu carregando alguma mala monitorada? Se até quem carregou a mala foi solto, por que continuo preso?”**

**Recorro ao papa para ser julgado**

EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ)

Fachin já afirmou que não contou "com o auxílio de qualquer empresa ou grupo em seu processo de indicação" e que "qualquer insinuação neste sentido é inaceitável". A JBS não comentou as declarações de Cunha na carta.

Na nota entregue a aliados na semana passada, o ex-deputado afirma que o ministro se recusa a pautar pedidos de habeas corpus da Lava Jato desde que a 2ª turma do STF decidiu libertar o ex-ministro José Dirceu, em maio.

Para Cunha, Fachin age "como uma criança que perde e leva a sua bola para casa, acabando com o jogo".

Com poucas esperanças de obter os benefícios da delação, Cunha passou a apostar que o STF poderia tirá-lo da prisão, assim como ocorreu com Dirceu. Ele reclama, porém, que o relator não leva seus pedidos a julgamento.

"O que eu gostaria [...] é ter o direito ao julgamento e não ser vítima de uma obstrução da Justiça", afirma.

Procurado pela *Folha*, o gabinete de Fachin afirmou que Cunha já teve dois pedidos negados pelo relator da Lava Jato em decisões liminares e que apenas dois recursos aguardam julgamento.

A assessoria do ministro disse ainda que, entre maio e agosto, foram julgados na 2ª turma do STF mais de dez habeas corpus de relatoria de Fachin, e que o colegiado aprecia rotineiramente diversos temas sobre a operação.

O gabinete do juiz informou que tem 4.600 processos e mais de cem inquéritos, e "se pautar pela ordem jurídica, sem qualquer distinção".

## ESTRATÉGIA

Cunha decidiu adotar uma linha de ataque depois de frustrada sua tentativa de fechar um acordo de delação premiada, segundo pessoas próximas ao ex-deputado.

O ex-presidente da Câmara abriu negociações com a Procuradoria-Geral da República para delatar empresários e políticos, mas as tratativas foram suspensas devido à falta de consistência de seus relatos. Ele está preso desde outubro de 2016 e já foi condenado a 15 anos e quatro meses de reclusão pelo juiz Sérgio Moro.

No texto escrito da prisão, Cunha ironiza as possibilidades de apelo judicial e diz que recorrerá ao papa.

"Se até quem carregou a mala foi solto, por que continuo preso?", pergunta, em referência a aliados do presidente Michel Temer e do senador Aécio Neves (PSDB).

O gabinete de Fachin afirma que recaem sobre Cunha outras ordens de prisão, "prontas para serem executadas por juízos e instâncias diversos".

28 AGO 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Lava Jato tem arquivamentos em série nas cortes superiores

Falta de provas cessa apuração sobre acusações levantadas por delatores

**Investigações da PF isentam políticos como Dilma, Aécio e Sarney; governadores são beneficiados no STJ**

FELIPE BÄCHTOLD  
JOSÉ MARQUES  
DE SÃO PAULO

Ao mesmo tempo em que os acordos de delação são alvos de fortes questionamentos nos três Poderes, a Operação Lava Jato sofreu revezes nas últimas semanas, com pedidos de arquivamento de investigações sobre figuras de peso da política nacional.

Informações incompletas, falta de provas e conflitos entre versões estão entre os motivos que fizeram investigadores a não levar adiante acusações de delatores.

O caso mais recente, na semana passada, foi o da ex-presidente Dilma Rousseff, que tinha sido delatada pelo ex-senador pelo PT Delcídio do Amaral, em 2016.

A Polícia Federal afirmou em relatório que não encontrou indícios de que ela tenha participado de uma trama para interferir na Lava Jato por meio da escolha de um ministro do Superior Tribunal de Justiça, em 2015.

O relatório da PF não significa o fim do caso, uma vez

que a decisão sobre oferecimento de denúncia ou arquivamento cabe ao Ministério Público, porém a posição da PF aumenta as chances de encerramento das investigações.

No caso do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), delatado pelo lobista Fernando Baiano, em 2015, a polícia não encontrou indícios de que ele tenha pedido doação eleitoral em troca de favorecimento a uma construtora na Petrobras.

Outros políticos de diversos matizes, como o tucano Aécio Neves, o petista Fernando Pimentel e o ex-presidente José Sarney também tiveram vitórias desse teor recentemente.

Sarney se tornou alvo de inquérito junto com outros dois caciques do PMDB, Romero Jucá e Renan Calheiros, por suposta tentativa de interferir na Lava Jato. A suspeita decorria de conversas gravadas pelo delator Sérgio Machado, ex-senador e ex-presidente da Transpetro.

O caso gerou a queda de Jucá, a primeira de um ministro no governo Michel Temer. A PF, porém, considerou agora que as atitudes dos envolvidos eram só "cogitações".

Na delação da Odebrecht, dois governadores já tiveram arquivamentos encaminhados. Além de Pimentel, os procuradores consideraram que não havia indícios contra o peemedebista Paulo Hartung, do

Espírito Santo.

A delação do grupo foi a mais aguardada da Lava Jato, mas relatórios da PF já apontaram problemas no acordo, como falta de dados.

A Lava Jato vem sendo criticada por políticos de grupos adversários, como Temer e o ex-presidente Lula. No Judiciário, o ministro do Supremo Gilmar Mendes se tornou o maior opositor da operação.

## DISPUTA

Os pedidos de arquivamento também acontecem em um momento em que a PF e o Ministério Público travam uma disputa institucional. A PF pleiteia permissão para também fechar acordos de delação, enquanto a Procuradoria-Geral da República entende que os acordos são prerrogativa do Ministério Público.

A Procuradoria ingressou no Supremo Tribunal Federal com um pedido para que a PF não possa fazer as delações.

Na ação, a PGR pede ao STF para "considerar indispensável a presença do Ministério Público desde o início e em todas as fases de elaboração de acordos de colaboração".

**CONTINUA**

### CONTINUAÇÃO

“O Ministério Público questionou os acordos que temos fechado dizendo que tem o monopólio disso. A gente lamenta porque temos trabalhado nas investigações em conjunto e consideramos um retrocesso”, diz Carlos Eduardo Sobral, presidente da Associação dos Delegados da PF.

Para ele, os pedidos recentes de arquivamento se devem “talvez a uma análise precipitada” da Procuradoria sobre a validade dos acordos que têm fechado.

Sobral e o diretor-geral da PF, Leandro Daiello, têm feito um périplo nos gabinetes dos ministros do Supremo para fortalecer a tese dos policiais

Procurada, a Procuradoria-Geral da República não se manifestou sobre a disputa.

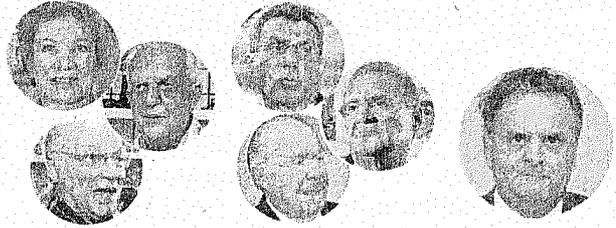
#### CAMINHO PARA A PROVA

Em casos como o de Aécio, a distância temporal até o período dos fatos dificulta a investigação: a apuração, sobre suspeitas em Furnas, abordava fatos ocorridos até 2005.

Para o advogado Marlus Arns, que firmou acordos de delação na Lava Jato, as colaborações precisam apresentar provas dos crimes relatados, como planilhas ou contratos, ou “o caminho para se chegar à prova” aos investigadores. “Se não tem como provar, na minha opinião, não deve ter acordo”, defende ele.

Procuradores da força-tarefa da Lava Jato dizem, em reservado, que têm sido mais rigorosos em relação às provas apresentadas para se fechar os acordos se comparado com o início da operação.

políticos em investigações decorrentes de delação



Marta Suplicy, Jarbas Vasconcellos e Roberto Freire

Romero Jucá, Renan Calheiros e José Sarney

Aécio Neves

<b>Delator</b>	Executivos da Odebrecht	Sérgio Machado	Delcídio do Amaral e Alberto Youssef
----------------	-------------------------	----------------	--------------------------------------

<b>Acusação</b>	Delatores apontaram caixa dois na campanha	Conversas gravadas pelo delator apontavam suposta tentativa de interferência na Lava Jato	Suposto elo entre indicado do tucano em Furnas e o pagamento de propina
-----------------	--	---	---

<b>Desfecho</b>	Ministro Edson Fachin mandou arquivar porque eles têm mais de 70 anos e não poderiam ser punidos	Polícia considerou que diálogos eram apenas ‘cogitações’ das atitudes	Relatório da PF diz que não há provas e que o relato dos delatores se limita a ‘ouvir dizer’
-----------------	--	---	--



Fernando Pimentel



Dilma e juízes do STJ



Paulo Hartung



Valdir Raupp

Executivos da Odebrecht	Delcídio do Amaral	Ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura Benedicto Jr.	Fernando Soares
-------------------------	--------------------	---	-----------------

Suposta tentativa de interferir na Lava Jato	A petista teria articulado a indicação de juiz no STJ para interferir na Lava Jato	Repasses de R\$ 1 mi em campanhas teriam o beneficiado	Delator disse que o senador ofereceu vantagens em troca de doações
--	--	--	--

STJ arquivou sindicância após investigação não encontrar indícios de crime	Relatório da PF não encontrou indícios de que a indicação tenha sido para atrapalhar a operação	STJ arquivou sindicância após PGR considerar que pagamentos eram destinados a terceiros	Relatório da PF diz que as provas são insuficientes para enquadrar o caso como crime
--	---	---	--

28 AGO 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## Gilmar chama grupo antibomba após receber pacote suspeito

CAMILA MATTOSO  
DE BRASÍLIA

Um dos mais polêmicos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), Gilmar Mendes é alvo frequente de críticas e protagoniza na internet os mais variados memes — a última leva motivada pela decisão de mandar soltar o empresário Jacob Barata Filho, de cuja filha foi padrinho de casamento.

A ofensiva contra o magistrado tem crescido desde que ele inaugurou um perfil no Twitter, em maio.

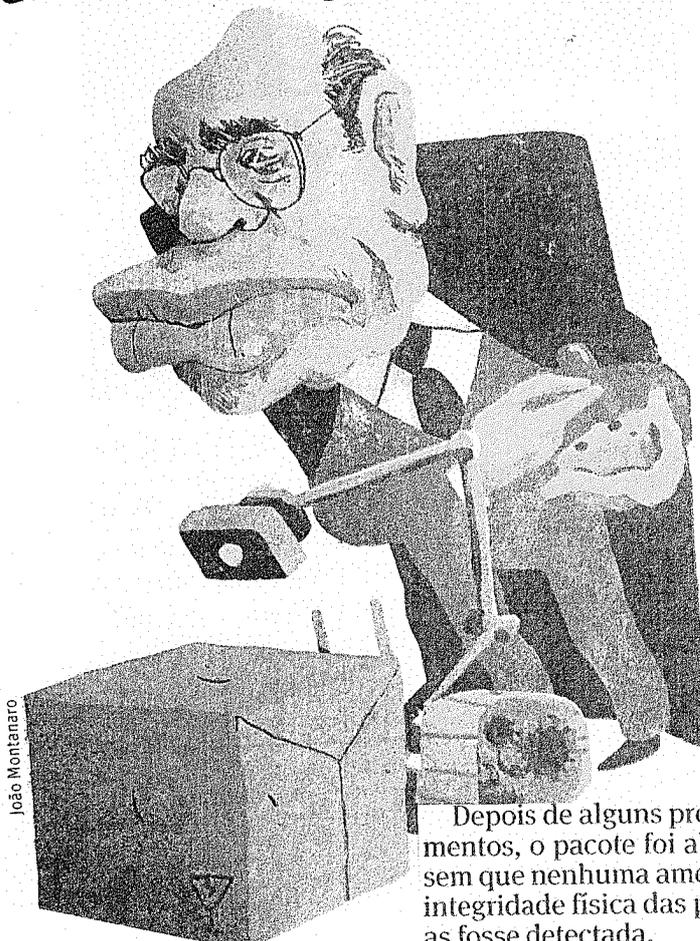
Sua última postagem — em que apenas reproduziu o link de uma reportagem relacionada à Lava Jato — tinha na sexta-feira (25) 108 comentários. Todos com ironias e ataques contra o magistrado, vários impublicáveis.

“Ministro meu cachorro foi pego pela carrocinha e tá preso num abrigo de cães de Belo Horizonte. Mande soltar ele por favor, o nome dele é Boris”, escreveu um. “Piscou, Gilmarzão solta”, disse outro.

Fora do mundo virtual, há algumas semanas, seu gabinete no STF recebeu uma curiosa encomenda.

Como remetente do pacote constava o nome de um dos mais famosos traidores da história do Brasil, o coronel português Joaquim Silvério dos Reis, que no final do século 18 participava da Inconfidência Mineira ao mesmo tempo em que acumulava pendências financeiras com a Coroa.

Em troca do perdão das dívidas, Reis entregou ao visconde de Barbacena os planos dos conjurados, possibilitando às autoridades portuguesas desbaratar rapidamente a insurreição.



Duzentos e vinte e oito anos depois dos acontecimentos que reservaram ao coronel português um lugar de desonra na história, o pacote suspeito e a alusão ao traidor da Inconfidência acenderam o sinal amarelo no gabinete de Gilmar.

A primeira providência foi despachar a encomenda para o raio-x do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), que o ministro preside. O aparelho, porém, não conseguiu decifrar o pesado e misterioso conteúdo da tal caixa, feita de material maciço.

Como ninguém ali se atreveu a pegar uma tesoura e abrir a embalagem, um grupo antibombas da polícia foi acionado.

Depois de alguns procedimentos, o pacote foi aberto, sem que nenhuma ameaça à integridade física das pessoas fosse detectada.

O remetente que usou o nome do traidor da Inconfidência enviou ao magistrado um amontoado de moedas de reais, de pequeno valor. Não deixou nenhum bilhete.

Assessores do ministro se questionam se a pessoa que enviou o presente queria fazer uma alusão ao caráter de Silvério dos Reis, que traiu os inconfidentes com objetivos pecuniários, ou se tinha em mente outras referências mais longínquas, como o relato bíblico das 30 moedas que levaram Judas a trair Jesus Cristo.

Além dessas, outras várias encomendas chegam diariamente ao magistrado.

**CONTINUA**

28 AGO 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### SEGURANÇA

Entre agrados e mimos, até ameaças à vida do ministro chegam ao gabinete, por cartas e outros meios.

Gilmar afirma não ter receio, mas quem o vê atualmente circulando pelo Supremo percebe uma mudança de postura, pela quantidade de seguranças que o acompanham.

“Meu pessoal acompanha, e se vê maior seriedade comunica a polícia. Eu lido com naturalidade com protestos, reclamações e vaias”, respondeu à **Folha**.

“Eu ando hoje com segurança por recomendação. Muitas vezes saio sozinho e sou sempre bem tratado. Ainda agora, em Lisboa, tirei várias selfies com brasileiros”.

As moedas recebidas do traidor da Inconfidência acabaram doadas, segundo a assessoria do ministro, por ordem de Gilmar, para a Catedral de Brasília.

28 AGO 2017

FOLHA DE S. PAULO

## Moro diz que advogado quer atacar sua imagem

Juiz e força-tarefa afirmam que relato que envolve amigo do magistrado é fantasioso

DE SÃO PAULO

O juiz Sergio Moro divulgou nota neste domingo (27) contestando as acusações de Rodrigo Tacla Duran, advogado que atuou para a Odebrecht, publicadas pela **Folha**.

Tacla Duran disse que o advogado trabalhista Carlos Zucolotto Junior, amigo do magistrado, chegou a intermediar negociações paralelas dele com a força-tarefa da Operação Lava Jato.

Segundo Duran, Zucolotto, que é padrinho de casamento do juiz, propôs facilidade a ele em um acordo de delação premiada.

Moro afirmou que o relato é "é absolutamente falso".

Segundo ele, "nenhum dos membros do Ministério Público Federal da força-tarefa em Curitiba confirmou qualquer contato do referido advogado sobre o referido assunto ou sobre qualquer outro porque de fato não ocorreu qualquer contato".

"O advogado Carlos Zucolotto Jr. é meu amigo pessoal e lamento que o seu nome seja utilizado por um acusado foragido e em uma matéria jornalística irresponsável para denegrir-me", diz também o juiz responsável pela Lava Jato em Curitiba.

Duran foi acusado de lavagem de dinheiro e de formação de organização criminosa pelo Ministério Público Federal. Ele tentou fazer delação premiada, mas as negociações fracassaram.

O advogado teve a prisão decretada por Moro e chegou a ser detido na Espanha, mas foi libertado. O Brasil pediu a sua extradição, mas o país europeu negou, já que Duran tem dupla cidadania.

O juiz já havia se manifestado antes da publicação da reportagem, desqualificando a alegação de Duran.

A força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, também em nota, criticou a reportagem e disse que "Duran tenta desesperadamente atacar aqueles que o investigam, processam e julgam, no intuito de afastar o seu caso das autoridades que atuam na Lava Jato".

Os procuradores afirmam que a reportagem reproduz o relato "fantasioso" do advogado sem "sem qualquer constatação de veracidade".

Segundo eles, Moro não participou de qualquer fase das negociações do acordo de colaboração premiada.

### **tiroteio**

*Moro agora afirma que não se deve dar valor à palavra de um acusado. Só nos resta dizer: pimenta nos olhos dos outros é refresco.*

DO CRIMINALISTA ALBERTO TORON, sobre Rodrigo Tacla Duran, ex-advogado da Odebrecht, acusar amigo do juiz Sergio Moro de intervir em acordo na Lava Jato.

28 AGO 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### PAINEL

**Mais um** A Procuradoria-Geral da República enviou o caso relacionado ao governador do Maranhão, Flávio Dino (PC do B), ao STJ (Superior Tribunal de Justiça). Ele é citado na delação da Odebrecht e nega irregularidades.

**Restam dois** Agora só faltam chegar à corte os pedidos da PGR relacionados às citações dos governadores Luiz Fernando Pezão (PMDB-RJ) e Geraldo Alckmin (PSDB-SP).

28 AGO 2017

## FOLHA DE S. PAULO

LUIZ FELIPE PONDÉ

# A ética do futuro é a judicialização

O mercado da ética crescerá  
cada vez mais e, com isso,  
advogados e juizes farão  
rios de dinheiro

**MUITO SE** discute sobre ética nos últimos tempos. Da escola à política, do mundo corporativo à arte. Não pretendo aqui resolver esse debate, mas há uma questão nele que me parece essencial apontar: o futuro da ética é a judicialização da vida. A ética “real”, pouco a pouco, se torna um “mercado da ética”, que enriquece advogados, juizes, procuradores, promotores e “assessores”.

Com a modernização, o modo de contenção do comportamento via “pressão local do grupo”, cedeu aos vínculos distantes e instrumentais. A vida produtiva moderna, associada à arrancada “progressista” em direção a um mundo redefinido por propostas sociais, políticas e, muitas vezes, psicológicas, arruinaram o valor da tradição moral como contenção de comportamentos.

A própria expressão, tão comum na boca dos jovens, “a moral imposta pela sociedade”, sinaliza para a ruína dessa moral, uma vez que é sentida como “imposta”. Ou a moral é internalizada ou ela é um nada. Uma “segunda natureza”, como diria Aristóteles (384-322 a.C.).

A ideia aristotélica de uma ética prática das virtudes, elegante, mas inviável numa sociedade de vínculos impessoais, distantes e instrumentais, sofre com a indiferença concreta que temos pela opinião dos outros –afora parentes muito importantes pra nós ou pessoas que podem nos causar danos muito imediatos. Essa é, exatamente, a “liberdade” sobre a qual tanto se fala que ganhamos com a modernidade: a ilusão de que podemos

mandar o mundo pra aquele lugar...

A posição kantiana de imperativos categóricos morais do tipo “aja de modo tal que sua ação possa ser erguida em norma universal de comportamento”, na prática, pavimenta a estrada para a judicialização. Basta ver os manuais de “compliance” que florescem pelo mundo corporativo –voltaremos a isso logo.

O utilitarismo e seu império do bem-estar, seguramente, funcionam como “ethos” de um mundo pautado pela busca da felicidade material em todos os níveis, inclusive no da matéria do corpo e sua saúde. O utilitarismo pauta políticas públicas e corporativas, mas não me parece ser ele a base da judicialização. Esta base vem dos imperativos de Immanuel Kant (1724-1804). Vejamos.

Kant percebeu a dissolução dos modos tradicionais de contenção do comportamento em curso em sua época, em finais do século 18.

Tentou encontrar um modo “racional” e, portanto, universal, para a ética. Mas, este modo “deontológico” (dever ser) se revelou não como uma maioria racional introjetada da norma, como ele pensava, mas sim como o crescimento do aparelho jurídico de constrangimento do comportamento. Dito de forma direta: desde manuais de “compliance” contra passivos éticos no mundo corporativo até o aumento da indústria dos processos. Enfim, a judicialização do cotidiano.

Essa judicialização significa que a única forma eficaz de constranger os comportamentos é via a força da lei. Esta é, sempre, encarceramento ou pagamentos de somas financeiras como consequência de processos abertos. Juizes arrancam seu dinheiro num clique. A indústria de sentenças cresce. Como mandamos o mundo pra aquele lugar, resta o mercado da ética.

Este mercado crescerá cada vez mais. Advogados farão rios de dinheiro. A máquina judiciária estatal crescerá junto com isso. Concorridos para juizes e para o Ministério Público (cuidando de nós, cidadãos “hipossuficientes”) garantirá inúmeras vidas financeiramente.

À medida que a sociedade se torna cada vez mais impessoal (apesar da baboseira de “capitalismo consciente” que falam por aí), a única forma restante será o mercado ético associado à ampliação das vagas no poder Judiciário.

Um dos efeitos nefastos desse mercado é a paranoia que segue toda sociedade judicializada. O medo do risco de ser processado faz o trabalho sujo da prevenção contra o passivo ético que tende a crescer. As empresas serão obrigadas a redefinir suas culturas internas, as escolas a inviabilizar qualquer forma de “sofrimento” dos alunos, enfim, o medo, alimento ancestral da norma, reinará livre sobre os cidadãos “livres” da modernidade tardia.

28 AGO 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Crise freia denúncias de assédio sexual

Tendência recente de aumento do número de casos registrados por vítimas na Justiça é interrompida na recessão

**Medo de perder o emprego ou sofrer violência ainda maior faz muitas mulheres optarem pelo silêncio**

JOANA CUNHA  
NATÁLIA PORTINARI  
DE SÃO PAULO

Uma auxiliar de escritório apalpada pelo chefe numa reunião após repelir suas investidas. Uma balconista assediada após ser levada até o fundo da loja pelos patrões. Uma produtora de televisão provocada diariamente pelos superiores para mostrar os peitos.

Os três casos foram relatados à **Folha** e têm algo em comum — nenhum foi denunciado pelas vítimas, que tiveram medo de perder o emprego ou sofrer violência ainda maior.

O número de denúncias de assédio sexual no trabalho e ações na Justiça por esse motivo, que vinha crescendo com a expansão do movimento feminista no país nos últimos anos, perdeu força com a recessão e o desemprego.

Dados do Ministério Público do Trabalho mostram que 2015 representou uma interrupção num movimento de alta que vinha sendo registrado desde 2012 no volume de denúncias, estimuladas por campanhas de conscientização do órgão sobre o assédio.

De 146 casos registrados em 2012, o número de denúncias aumentou todos os anos até atingir 250 em 2015 — ano em que as demissões no setor formal da economia superaram as contratações em 1,5 milhão de vagas, segundo o Caged (Cadastro Geral de Em-

pregados e Desempregados).

Em 2016, que marcou o segundo pior saldo negativo do emprego na história — com 1,3 milhão de vagas perdidas — o número de denúncias de assédio sexual se estagnou em 248. Neste ano, foram 144 até julho.

A auxiliar de escritório ouvida pela **Folha**, que trabalha na área de educação, disse ter sido perseguida por um gerente após se recusar a ter relações sexuais com ele. Ele a chamava para sua sala com o pretexto de discutir trabalho, tocava nos seus seios e a intimidava. Às vezes ia até sua mesa e esfregava o pênis nela.

A produtora de TV relatou à reportagem que era assediada todo dia por um chefe que fazia comentários sobre seus peitos e insinuava que ela deveria transar com ele. O assédio era feito em público, e passava por brincadeira.

O procurador Ramon Bezerra dos Santos, do Ministério Público do Trabalho, afirma que é muito difícil apurar um caso de assédio sexual no trabalho. “O trabalhador que presencia essas situações muitas vezes pensa que vai prejudicar o patrão e pode perder o emprego se falar”, diz.

As ações movidas pelo MPT, com base na apuração das denúncias das vítimas, têm como objetivo responsabilizar a empresa pelo assédio. Empregadores condenados têm que pagar indenização às mulheres e assinar termos de ajuste de conduta.

Para responsabilizar o agressor, as vítimas devem ir à Justiça comum cobrar danos morais, ou denunciar o crime

à polícia. Se o assédio ocorre em órgão público, o caminho é um processo administrativo.

O assédio sexual só é crime no Brasil quando acontece no ambiente de trabalho. É definido como “constranger alguém” para “obter vantagem ou favorecimento sexual”, aproveitando-se da condição de superior hierárquico.

É o que relata ter sofrido Viviane Magalhães, 45. Ela começou a trabalhar cedo, com cerca de 15 anos, e conta que foi assediada no segundo emprego, uma loja de roupas no bairro onde morava. Magalhães afirma ter sido tocada pelos três donos da loja.

“Eles chegavam na manhã. ‘Senta aqui, vamos conversar.’ De repente, pegavam na sua mão. De repente, tocavam. Você se assustava”, diz. “Descobri que as outras também eram assediadas. O que me impressiona é a nossa inércia para lidar com a situação.”

Como outros crimes de violência sexual contra a mulher, o assédio sexual no trabalho é subnotificado. No Estado de São Paulo, foram registrados apenas 159 boletins de ocorrência até julho. Em todo o ano de 2016, foram 267.

Segundo o Ministério Público do Trabalho, não há setor de atividade econômica que concentre número maior de casos. O problema é pulverizado, dizem os procuradores.

**CONTINUA**

28 AGO 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

“O que mais me enojava, me causava arrepios, era quando eu estava no balcão da loja e ele vinha por trás. Sentia a respiração dele no meu ouvido, o toque de passar atrás de mim”, diz C.V., sobre o dono da joalheria em que trabalhava. “Aquilo me fazia sentir um lixo. Era o chefe, não dava para empurrar, eu tentava ir para a frente.” Assim que se casou, ela foi demitida.

CONTINUA

# Falta de vínculo de trabalho formal inibe ações na Justiça, diz advogada

DE SÃO PAULO

Na hora de denunciar o assédio no ambiente de trabalho, é difícil superar o medo de perder o emprego ou ficar estigmatizada, afirmam as vítimas e ativistas feministas.

“Sinais de uma relação belicosa com a empresa são sempre um obstáculo, e quem vai julgar isso são os homens, porque a alta liderança não é feminina”, diz Cida Bento, diretora do Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades. “Para mulheres negras, é ainda pior.”

Marina Ruzzi, advogada especializada em violência contra a mulher, a “precarização dos vínculos trabalhistas” explica a diminuição das denúncias de assédio sexual.

“Já fui procurada por mulheres que não tinham carteira assinada e não podiam buscar a Justiça do Trabalho”, explica. “Se a mulher trabalha como pessoa jurídica, tem que acionar a Justiça cível pedindo danos morais, o que é mais difícil de caracterizar que assédio sexual.”

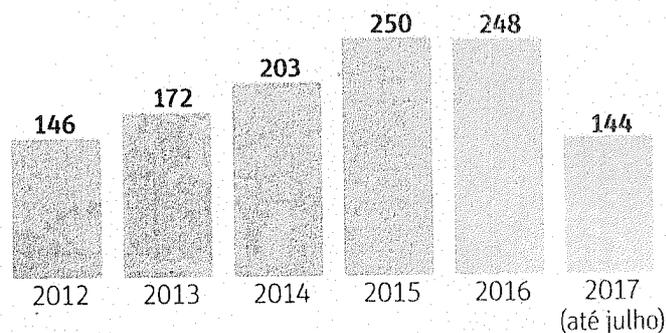
Para o procurador Ramon Bezerra dos Santos, do Ministério Público do Trabalho, a interrupção da tendência de aumento do número de denúncias vai na contramão do movimento de conscientização feito nos últimos anos. “Na verdade, deveria ter aumentado, e não diminuído, porque agora as pessoas estão mais esclarecidas”, diz.

Dentre as denúncias, sempre foi baixo o volume que desencadeia ações, inferior a 10% dos casos, segundo ele.

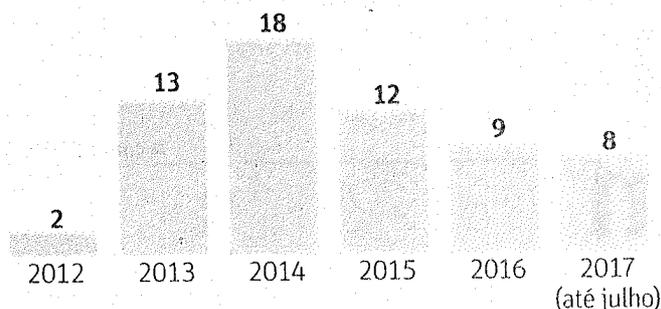
“Mulheres e homens deixaram de entender que violência é só porrada, estupro e feminicídio. A puxada de braço, a cantada no trabalho, tudo isso começou a ser lido como violência”, diz a escritora Antonia Pellegrino, uma das criadoras do blog #AgoraÉQueSãoElas, da **Folha**.

## EM SILÊNCIO

Casos de assédio denunciados nas 24 regionais do Ministério Público do Trabalho no país



## Ações civis públicas apresentadas à Justiça



Fonte: Ministério Público do Trabalho

“Isso é fruto direto da pauta feminista, de debates que cresceram nos últimos anos, marcadamente a partir de 2011, com a marcha das vadias [movimento que surgiu no Canadá pelo fim da culpabilização de vítimas de estupro]. A campanha do ‘Chega de Fiu Fiu’ [iniciativa criada para combater o assédio sexual sofrido pelas mulheres em locais públicos] também é fundamental”, ela afirma.

## FACULDADES

A mudança cultural se manifestou também no surgimento de coletivos feministas em faculdades onde a presença masculina é tradicionalmente predominante.

Leticia Kanegae, aluna da FGV (Fundação Getúlio Vargas) em São Paulo, respon-

sável por coordenar a participação dos alunos em projetos que procuram promover a diversidade na instituição de ensino, diz que a noção de ética na universidade tem evoluído. “Antes, o código de conduta dos estudantes só abordava temas ligados a cola”, afirma.

Em sua experiência como estagiária, ela diz ter percebido como são recorrentes declarações machistas e de banalização da palavra estupro.

“Quando dá errado uma programação, eles dizem que foram estuprados pela máquina. Quando falam palavrão, pedem desculpa para as mulheres que estão no mesmo ambiente”, afirma Kanegae. “Parece que a gente precisa pedir licença para estar no escritório.” (JC E NP)

28 AGO 2017

METRO

# Justiça decreta prisão de casal

**Barbárie.** Mulher confessou assassinato de criança de seis anos. Motivo foi briga por assinatura de TV a cabo. Companheiro teria participado

A Justiça em Almirante Tamandaré, Região Metropolitana de Curitiba, homologou, no sábado, a prisão em flagrante de Ana Maria de Jesus Goveia e de seu companheiro, Claudinei Gonçalves Monteiro. Ela confessou o assassinato de um menino de seis anos com golpes de bloco de concreto na cabeça.

Em seu depoimento, ela falou que o motivo foi uma briga pela assinatura de uma televisão a cabo e internet. O contrato estava nome da mãe da criança, mas seria compartilhado entre as duas.

“Elas tiveram uma discussão porque a mãe do menino estaria usando a internet dela”, disse o delegado da cidade, Tito Barrichelo.

As investigações apontaram ainda que a suspeita se apropriava do dinheiro de dois benefícios que a mãe da criança tinha direito.

O crime ocorreu na sexta-feira, mesmo dia em que o corpo do menino foi encontrado dentro de uma mala no forno na casa da suspeita. Na mesma noite a casa foi destruída por populares.

O companheiro de Ana, que já tinha passagem por estupro de vulnerável, também foi preso. Segundo o depoimento da suspeita, ele tinha conhecimento da intenção dela de cometer o crime e teria sugerido o ataque contra a criança, e não contra a mãe.

O homem ainda teria ajudado a dar um nó para enforcar o garoto. O fio de uma enceradeira foi usado depois dos golpes, para que eles se certificassem da morte.

28 AGO 2017

METRO

## Tacla Duran. Moro diz que acusação é falsa

O juiz Sérgio Moro emitiu nota ontem refutando acusações publicadas em uma matéria do jornal Folha de São Paulo. A reportagem diz que o advogado Carlos Zucoloto, amigo pessoal do magistrado, teria oferecido ao foragido Rodrigo Tacla Duran a possibilidade de redução de multa em um acordo de delação premiada da operação Lava Jato.

Segundo a Folha, as informações teriam sido obtidas em um livro que Tacla está escrevendo, e que foi postado 'por engano' na internet.

Moro contestou. "Lamenta-se o crédito dado pela jornalista ao relato falso de um acusado foragido, tendo ela sido alertada da falsidade por todas as pessoas citadas na matéria", respondeu Moro.

"O advogado Carlos Zucoloto Jr. é meu amigo pessoal e lamento que o seu nome seja utilizado por um acusado foragido e em uma matéria jornalística irresponsável para denegrir-me", disse.

O suposto livro de Duran alega que Zucoloto teria oferecido influência junto aos promotores da operação Lava Jato, com a redução da multa de R\$ 15 para R\$ 5 milhões. A delação não foi assinada.

"Nenhum dos membros do Ministério Público Federal da Força Tarefa em Curitiba confirmou qualquer contato do referido advogado sobre o referido assunto ou sobre qualquer outro porque de fato não ocorreu qualquer contato", diz a nota de Moro.

Tacla tem dupla cidadania e está na Espanha. Ele tem um mandado de prisão da Lava Jato expedido contra si, por lavagem de dinheiro.

26 AGO 2017

27 AGO 2017

GAZETA DO POVO

# Abola da vez

Acusada de receber R\$ 1 milhão no esquema de desvios da Petrobras, Gleisi Hoffmann será interrogada nesta segunda-feira (28) pelo STF – o primeiro depoimento de um parlamentar desde o início da Lava Jato. Em jogo, está a carreira política da senadora: para garantir o foro, precisa vencer as eleições em 2018. Quem a conhece afirma: se cair, será atirando

A senadora Gleisi Hoffmann conduz sessão, no plenário do Senado.



26 AGO 2017

27 AGO 2017

GAZETA DO POVO

# No banco dos réus

A senadora Gleisi Hoffmann terá o seu primeiro interrogatório na ação em que é suspeita de receber R\$ 1 milhão do esquema de corrupção da Petrobras. E há mais denúncias contra ela a caminho – conjunto que pode abalar sua candidatura em 2018

Daniel Adjuto

● Chegou a vez de Gleisi Hoffmann. Considerada um dos principais “soldados” do PT, a presidente do partido vai enfrentar uma luta pessoal na segunda-feira (28): estará no banco dos réus. Essa é a primeira vez, após mais de três anos do início da Operação Lava Jato, que um parlamentar será interrogado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nessa condição. E, no caso da senadora curitibana de 51 anos, poderá não ser a última. Além da denúncia de ter recebido R\$ 1 milhão do esquema de corrupção da Petrobras para a campanha ao Senado em 2010, alvo da oitava de segunda-feira, ela é citada em vários documentos e delações premiadas.

Gleisi poderá recorrer ao direito de permanecer em silêncio, mas terá de comparecer pessoalmente ao depoimento. O marido e ex-ministro Paulo Bernardo, que também é réu, será ouvido no mesmo dia. A defesa dos dois garante que todas as perguntas serão respondidas, já que “não há nada a esconder”.

Após essa etapa, a ação penal entra na reta final e o julgamento dos petistas poderá ocorrer ainda este ano, quando a Segunda Turma do STF decidirá pela condenação ou absolvição dos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Um desfecho desfavorável à congressista terá implicações diretas em seu futuro político, como a inelegibilidade, sendo que seu mandato acaba no início de 2019, precisando passar por um recall das urnas no ano

## R\$1 MILHÃO

A senadora Gleisi Hoffmann é acusada de receber R\$ 1 milhão do esquema de desvios de recursos da Petrobras para sua campanha ao Senado em 2010.

que vem. De olho nas eleições de 2018, a petista adotou, inclusive, postura considerada mais raivosa no campo político.

Gleisi será interrogada pelo juiz auxiliar do ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato. Paulo Marcos de Farias é considerado o principal arquivo da operação no Supremo. O magistrado era o assessor mais próximo ao ex-ministro do STF Teori Zavascki, morto em acidente aéreo em janeiro, e permaneceu na equipe de Fachin para os casos do esquema de corrupção da Petrobras.

A estratégia para enfrentar a acusação tem dois eixos centrais: mostrar contradições nos depoimentos dos delatores que dão sustentação à denúncia e atacar o trabalho feito pela Procuradoria-Geral da República (PGR), sustentando que o órgão induziu o STF ao erro no recebimento da denúncia. À corte, a defesa alegou que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, estaria agindo com má-fé na interpretação dos fatos. A pressão popular sob os ministros não deve produzir efeitos no julgamento, considera a defesa. “Acreditamos em um julgamento técnico e isento por parte do STF, como tem sido a tradição da corte em matéria de competência penal originária”, diz o advogado Rodrigo Mudrovitsch, que defende a senadora.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

26 AGO 2017  
27 AGO 2017

### Histórico

Gleisi, ex-ministra da Casa Civil do governo Dilma, figura entre os investigados na Lava Jato desde o início da operação no STF. Seu nome surgiu com as delações do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e do doleiro Alberto Youssef. A propina milionária teria sido solicitada por Paulo Bernardo. Segundo a PGR, o valor foi desviado da Diretoria de Abastecimento da Petrobras e teria sido paga pelo papel de relevância dos dois no PT.

Com o avanço das investigações, as implicações feitas por delatores ao casal aumentaram. As citações de Costa e Youssef foram confirmadas pelo advogado Antônio Carlos Pieruccini, ligado ao doleiro e que também assinou acordo de delação premiada. Aos procuradores, Pieruccini confirmou ter levado, de carro, o dinheiro em espécie de São Paulo a Curitiba. Ao todo, teriam sido quatro parcelas de R\$ 250 mil cada. “Os três delatores se contradizem brutalmente. O conjunto das declarações deles leva a uma narrativa inconsistente e conflitante com tudo o que há nos autos”, sustenta Mudrovitsch.

Na denúncia enviada ao Supremo, Janot afirma ainda que a vantagem indevida foi mascarada por Youssef em empresas de fachada. Outros delatores como o ex-senador Delcídio do Amaral e o empresário Ricardo Pessoa também reforçaram ao Ministério Público (MP) que Gleisi participou de outras ramificações deste que é o maior esquema de corrupção já descoberto no país. Entre os indícios apresentados pelo MP estão 163 ligações telefônicas de Paulo Bernardo, apon-

tado como verdadeiro operador de sua mulher, para o telefone do assessor responsável pela administração financeira da campanha e para o PT no Paraná. A engenheira criminosa, diz o MP, teria contado ainda com o apoio de Ernesto Rodrigues, que também é réu — procurada, a defesa do empresário não quis se manifestar. No recebimento da denúncia, em setembro de 2016, o então relator Teori Zavascki destacou que o caso não estava embasado apenas em delações premiadas e citou, além dos registros telefônicos, outros depoimentos, informações policiais e documentos apreendidos, o que se mostra suficiente para a abertura da ação penal. Os ministros seguiram o voto de Zavascki na íntegra.

O processo contra Gleisi, o marido e o empresário Ernesto Rodrigues já reúne 2.482 páginas distribuídas em nove volumes. Nos seus desdobramentos, os ex-presidentes Lula e Dilma chegaram a ser ouvidos como testemunhas — e inocentaram a correligionária de qualquer prática de corrupção. Agora, Fachin avalia internamente que são grandes as chances de o caso ser levado a julgamento ainda neste ano, segundo fontes do STF.

A Lava Jato, no entanto, enfrenta atualmente outro momento no STF, com mais críticas ao trabalho do MP e de forma geral aos desdobramentos da operação — o que tem sido interpretado como um sinal de que os acusados podem, eventualmente, ser beneficiados. As ressalvas partem especialmente dos ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski, que

estão impondo derrotas a Fachin na Segunda Turma. Nos bastidores, há ministros que enxergam nos ataques à operação até mesmo uma movimentação para esvaziar e enfraquecer a Lava Jato, aproveitando, inclusive, a troca de comando da PGR.

### Apelido: “Coxa”

Antes da saída de Janot da PGR, em 17 de setembro, a presidente do PT deve ser alvo de mais uma denúncia. A Polícia Federal já concluiu a investigação aberta após as revelações de executivos da Odebrecht de que a petista recebeu R\$ 5 milhões em propina para a campanha de 2014, quando era candidata ao governo do Paraná. A delegada Graziela Machado identificou indícios de que Gleisi cometeu — aqui também — os crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Para a PF, a senadora aparece nas planilhas apreendidas do setor de propinas da empreiteira pelo apelido de “Coxa”.

Segundo Marcelo Odebrecht e os executivos do grupo Benedicto Júnior e Valter

Arruda, a propina de R\$ 5 milhões estava associada à abertura de crédito de R\$ 50 milhões para o financiamento para a exportação de bens e serviços entre Angola e Brasil, que beneficiaria o grupo. Os delatores afirmaram ainda que, a pedido de Paulo Bernardo, houve ainda pagamentos ilícitos pelo grupo às campanhas da petista em 2008 à prefeitura de Curitiba e em 2010 ao Senado Federal.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

26 AGO 2017

27 AGO 2017

O nome de Gleisi também aparece na delação de Ricardo Saud, executivo da JBS. Aos investigadores, Saud disse que a empresa também teria repassado à senadora outros R\$ 5 milhões para a campanha de 2014. A lista continua. Mais recentemente, segundo a Folha de S. Paulo, na delação premiada do administrador Marcelo Maran, ainda não homologada, Gleisi e o marido são apontados como os principais beneficiários de repasses desviados de contratos de crédito consignado e estariam ainda envolvidos em casos de corrupção envolvendo empresas de transporte público do Paraná. O dinheiro, segundo Maran, teria sido utilizado para campanhas eleitorais e despesas pessoais do casal.

## Futuro em risco

Os problemas jurídicos de Gleisi podem colocar em xeque o futuro político da petista, que termina o mandato de senadora no ano que vem. Caso seja condenada, a parlamentar se torna ficha suja e não pode disputar nenhum cargo público por oito anos. Dentro do PT, Gleisi não está descartada como plano B ao Planalto caso Lula, já condenado na Lava Jato em primeira instância, não possa concorrer às eleições de 2018. A senadora ganhou ainda mais destaque dentro do partido após se tornar a maior defensora de Dilma Rousseff no Congresso durante o processo de impeachment e de colecionar desafetos após deixar a Casa Civil para disputar o governo do Paraná, em 2014, ficando em terceiro lugar. A atuação rendeu elogios e mais

aproximação com o ex-presidente Lula, servindo de credencial para que concorresse à presidência do partido. E deu certo: em junho, Gleisi foi eleita presidente nacional do Partido dos Trabalhadores. Uma vitória pessoal do ex-presidente que, durante a disputa, chegou a pedir ao senador Lindbergh Farias (PT-RJ) que desistisse de enfrentar a colega. O pedido não foi atendido pelo parlamentar, mas funcionou com o ex-ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e com o deputado federal Márcio Macedo, que também queriam concorrer ao cargo. Gleisi foi eleita com 60% dos votos.

À frente do PT há pouco mais de dois meses, no entanto, Gleisi tem dividido opiniões de correligionários, inclusive de seus eleitores. Com discurso radical, a nova “presidenta” — como, a exemplo de Dilma, prefere ser chamada — tem arrancado caras feias dentro do partido. A petista endureceu as críticas à Lava Jato e ao juiz Sérgio Moro — considerado principal algoz de Lula. Assim que soube da condenação do ex-presidente a nove anos e seis meses de prisão, pegou o celular dentro do plenário do Senado e ligou para padrinho político. Conversaram por pouco mais de cinco minutos. Prestou solidariedade e logo se prontificou a voar até São Paulo para um ato político em defesa do principal nome da legenda. Ao redor de Gleisi, logo se juntaram o próprio Lindbergh e o senador Humberto Costa (PT-PE). A senadora disparou que a decisão de Moro foi política com o objetivo de tirá-lo da disputa presidencial de 2018. Reforçou que a sentença foi dada sem provas de que

o ex-presidente era o dono do imóvel triplex no Guarujá, litoral de São Paulo, discurso semelhante ao que apresentou ao Supremo para se defender. “Não pense, juiz Sérgio Moro que ficaremos mansos. Não ficaremos!”, vociferou da tribuna do Senado, repetindo ainda um dos principais discursos do partido que acusa a Lava Jato de perseguição à sigla e à classe política.

CONTINUA

## Marmita no Senado

A nova roupagem de Gleisi, classificada por adversários como radical, também ganhou repercussão internacional. Em uma cena inédita na história do país, a petista ocupou por seis horas a mesa do Senado acompanhada de outras senadoras em uma tentativa de evitar a votação da reforma trabalhista, projeto do governo Temer. "Nem na ditadura, os militares haviam ocupado uma mesa de uma Casa do Congresso Nacional", repudiou o ato, à época, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Gleisi ainda é alvo do chamado fogo amigável. A última atitude da presidente do PT que, segundo interlocutores, incomodou até o ex-presidente Lula foi a defesa que fez da realização da Assembleia Constituinte na Venezuela, convocada pelo presidente Nicolás Maduro. "O PT manifesta o seu apoio e solidariedade ao PSUV, seus aliados, e ao presidente Nicolás Maduro, frente à violenta ofensiva da direita pelo poder na Venezuela. Temos a expectativa de que a Assembleia Constituinte possa contribuir para uma consolidação cada vez maior da revolução bolivariana e que as divergências políticas se resolvam de forma pacífica", disse ao abrir o 23º Encontro do Foro de São Paulo, na Nicarágua. "Ela está perdendo o tom e não aceita uma postura mais branda do partido em temas tão polêmicos como este que nem Lula falou abertamente. Daqui a pouco, vira uma Dilma de tão turrona", disse um deputado petista.

Há quem diga que a postura radical de Gleisi é uma forma de mostrar que o partido não está calado diante dos ataques que tem sofrido des-

de o início da Lava Jato. "Ela é uma mulher forte, não se deixa intimidar. Não é hora de assumir erros para que todo mundo aponte ainda mais o dedo para nós. Vamos resgatar a credibilidade do PT com discurso firme", disse outro petista que preferiu não se identificar para não catalisar as desavenças internas do partido. Gleisi é do grupo comandado por Lula, a ala mais moderada do partido, por isso o radicalismo tem torcido narizes. Segundo interlocutores, a senadora prefere, se cair, que seja atirando.

A senadora Gleisi Hoffmann não respondeu aos vários pedidos de entrevista.

O deputado federal Nelson Meurer (PP-PR) também será interrogado nesta segunda-feira no STF, uma hora depois de Gleisi, às 15h. Ele é acusado dos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro no esquema de corrupção da Petrobras, investigado pela Operação Lava Jato.

"Ela está perdendo o tom e não aceita uma postura mais branda do partido em temas tão polêmicos como este que nem Lula falou abertamente. Daqui a pouco, vira uma Dilma de tão turrona."



"A senadora prefere, se cair, que seja atirando."

26 AGO 2017

27 AGO 2017

## GAZETA DO POVO

### ***O STF e a impunidade***

**E**m fevereiro de 2016, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por sete votos a quatro, decidiu que réus condenados em segunda instância — ou seja, pelos Tribunais Regionais Federais (TRFs) ou Tribunais de Justiça estaduais — já deveriam começar a cumprir sua pena, em vez de ir para a cadeia apenas depois que todos os recursos fossem julgados por todos os tribunais superiores, até o STF. Foi uma decisão sensata, que manteve o duplo grau de jurisdição, até porque, no campo criminal, os tribunais superiores não podem discutir matéria de prova, ou seja, a responsabilidade do acusado fica definida já nos TJs e TRFs.

Esse entendimento já foi reafirmado pelos ministros em duas ocasiões, em outubro e novembro do ano passado. No entanto, começam a surgir sinais aqui e ali, indicando que o STF pode patrocinar uma reviravolta. O sinal mais evidente partiu de Gilmar Mendes, que já tem atraído os holofotes depois de decisões em favor do empresário Jacob Barata Filho. Na terça-feira, dia 22, Mendes concedeu um habeas corpus beneficiando um réu condenado em segunda instância — o ministro argumentou que o cumprimento da pena só deveria ocorrer após decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o que já havia sido sugerido por Dias Toffoli.

Como as duas votações do fim de 2016 tiveram resultado apertado — 6 a 5 em favor da prisão após decisão de segunda instância —, a manifestação de Gilmar Mendes poderia levar o STF a analisar novamente o caso, e a mudança de posição de Mendes seria decisiva. Teríamos de volta o uso de recursos protelatórios e maior risco de prescrição, aumentando a impunidade que a muito custo o Brasil vem conseguindo combater.

26 AGO 2017

27 AGO 2017

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



26 AGO 2017

27 AGO 2017

GAZETA DO POVO

● PERFIL

# O juiz de muitos poderes

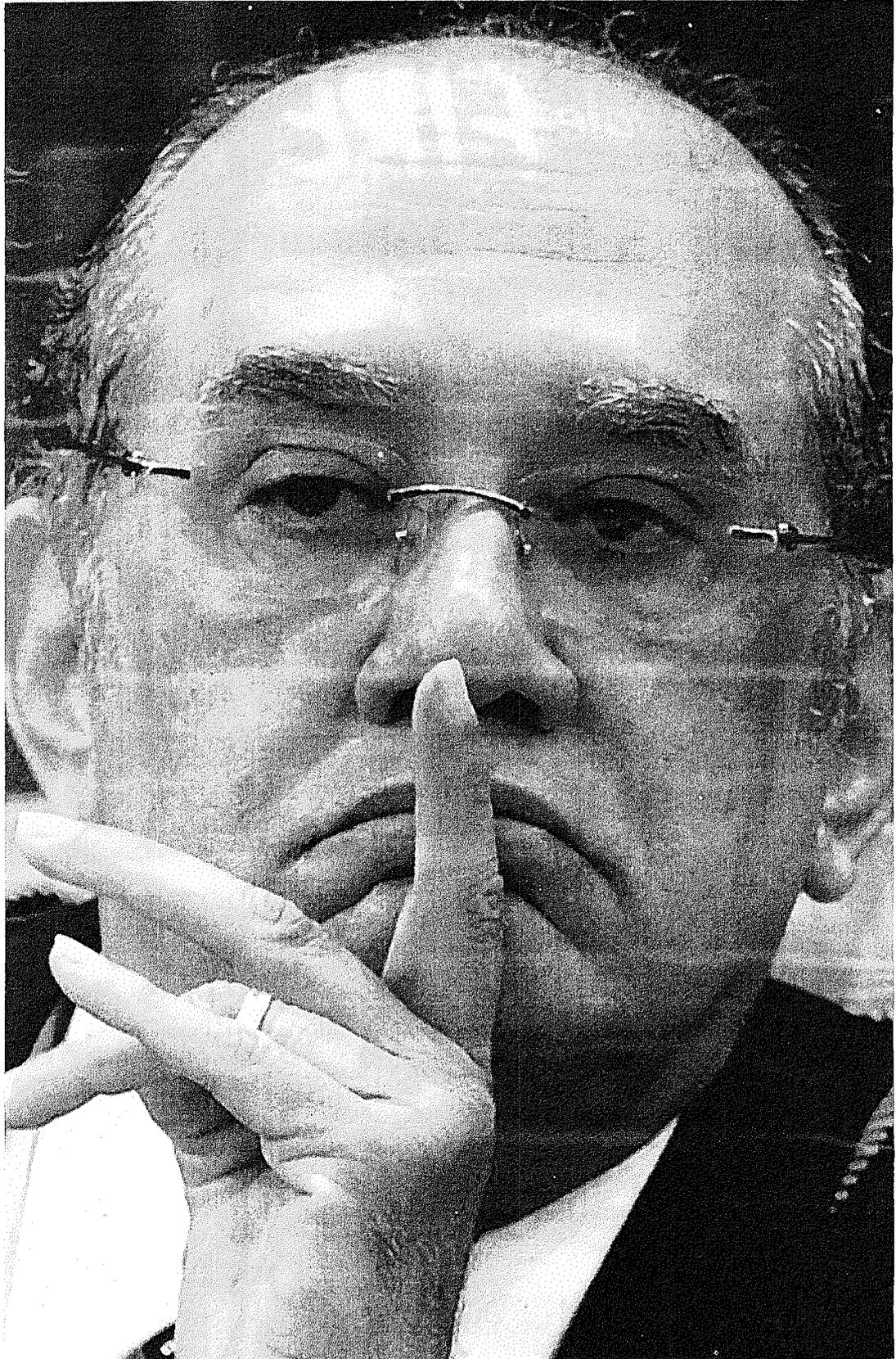
Sem medo de polêmicas nem “papas na língua”, Gilmar Mendes atrai críticos e admiradores em mais de 40 anos de carreira e estreita relação com a política

CONTINUA

**26 AGO 2017**

**GAZETA DO POVO**  
CONTINUAÇÃO

**27 AGO 2017**



**CONTINUA**

*Basilía Rodrigues*

● Bem-vindos ao mundo de Gilmar. Quando o relógio marca 5h da manhã, às vezes mais cedo, ele já começou a enviar mensagens pelo celular ou computador para seus assessores mais próximos. Ninguém sabe se ele acabou de acordar ou ainda não dormiu. Além de ler jornal, Gilmar Mendes também se exercita com um personal trainer, malha e gosta de andar de bicicleta na rua toda semana. Recentemente, conseguiu perder 10kg comendo mais frutas e salada apesar de gostar muito de carne vermelha. É o início do dia para o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e também presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que dorme pouco, não desliga nem nas férias e está sempre em alguma polêmica.

Sempre que pode, pilota seu jet ski pelo Lago Paranoá, em Brasília, e brinca com os cachorros, como Bob, um Golden caramelo, que faz a alegria da casa. Para o ministro, um programa daqueles é ir em livrarias, sebos ou antiquários. Toda semana, Gilmar Mendes tem aulas de inglês, alemão e piano. Certa vez, uma professora alemã, com quem ele teve aulas durante 12 anos, o surpreendeu ao entregar uma carta em alemão em que “demite o ministro” por ser um aluno “muito indisciplinado”. É que ele não tinha tempo para fazer dever de casa e desmarcava as aulas às vezes em cima da hora. A gota d’água foi atender o telefone durante os ensinamentos da professora. Ela disse que aquela seria a última aula e assim o fez. O ministro conta a história como uma de suas peripécias e ressalta como os alemães são sérios e rigorosos.

Na juventude, ele se especializou em Direito Constitucional na Alemanha. Quem o conhece de perto, diz que o ministro é menos sério, e mais bem-humorado do que realmente parece. Mas bem ao modo brasileiro, Mendes quebra aquela desbotada máxima de que juiz só deve se manifestar nos autos. É conhecido porque fala, às vezes sem filtros, explode, ironiza teses e desafetos em plenário, em palestras, entrevistas, vídeos publicados no Youtube e, mais recentemente, até pelo Twitter. Na internet, são mais de 20 mil seguidores. Com 62 anos de idade, são mais de 40 anos dedicados à carreira pública. De suas amizades, normalmente, nascem bons livros, boas histórias ou decisões polêmicas – das inimizadas também.

O ministro saiu de Diamantino, uma cidade do interior do Mato Grosso, onde estudou em colégio de padres. Não se acomodou e garantiu bom trânsito na política, fez faculdade de Direito na Universidade de Brasília. Ainda na casa dos 20 anos, passou em vários concursos públicos: foi oficial em chancelaria do Itamaraty no fim da década de 1970. E, já formado, foi selecionado para consultor do Senado Federal, juiz federal e também para o Ministério Público Federal. No fim, optou pelo MPF. Foi o mesmo concurso que selecionou, para procurador da República, o ex-ministro Joaquim Barbosa, diga-se de passagem. Anos mais tarde, os dois como ministros do STF, protagonizariam duros embates. Em 2009, por exemplo, Barbosa disparou contra Mendes dizendo que ele não estava “falando com seus capangas do Mato Grosso”, justamente pelo tom ríspido.

## Centro das decisões

Não é de hoje que Gilmar Mendes lida diretamente com decisões dos três Poderes. Já escreveu normas e legislações, emendas da Constituição, substituiu a aplicação de leis com novos entendimentos do STF, e sempre esteve dentro ou perto do Palácio do Planalto. O ministro que hoje vive em reuniões com o presidente Michel Temer sobre reformas e crise política, nos anos 80 e 90 esteve no assessoramento jurídico direto da presidência da República com José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, de quem foi ministro da AGU, a Advocacia Geral da União. Entre as leituras, ultimamente tem comentado muito sobre a obra em que FHC narra sua trajetória na presidência. “Eu vivi muita coisa mas tem situações que eu li ali que são surpreendentes”, afirma aos seus interlocutores.

Ex-AGU do governo tucano, foi no governo PSDB, em 2002, que Mendes chegou ao Supremo Tribunal Federal. Os mutirões carcerários ganharam visibilidade no Brasil, em 2008, após a gestão dele no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ironicamente, ao seu lado no plenário do STF, anos depois, sentaria o ex-AGU do governo petista, o ministro Dias Toffoli, indicado por Lula e de quem Gilmar é amigo. Quis o destino que Gilmar Mendes fosse relator do processo que investigava o irmão de Toffoli, José Ticiano, acusado de fazer gastos ilícitos na campanha de 2012 para a prefeitura de Marília (SP). Ele foi absolvido.

**CONTINUA**

Em uma decisão mais recente, Gilmar Mendes livrou da cadeia, por duas vezes seguidas, o “rei do ônibus” Jacob Barata Filho, empresário preso pela Lava Jato. O ministro foi padrinho de casamento da filha de Jacob, que se casou com o sobrinho de Guiomar Mendes, mulher de Gilmar. Por isso, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que fala pela acusação, apontou que há relação de amizade entre eles e pediu formalmente a saída do ministro da relatoria do caso. O episódio expôs outro detalhe da personalidade de Gilmar Mendes. Ele minimiza as críticas pessoais, diz que “tem couro duro”, mas se irrita muito quando o alvo é a família. Esse é o terceiro casamento do ministro. Com a mulher, troca apelidos carinhosos, Gil e Guio. O primeiro relacionamento com uma desceite de alemães lhe rendeu dois filhos e dois netos pequenos, um menino e uma menina. O ministro usa uma foto das crianças em seu perfil no WhatsApp. Quem o acompanha diz que, para ele, não é raro atender alguma ligação da neta, durante os eventos sociais, se afastar da roda de conversas mais sérias “falando como um vovô babão”.

### O estilo é o homem

Entrar no gabinete de Gilmar Mendes, no Supremo Tribunal Federal, lembra a sensação de estar em um clube de futebol. Tudo começou quando o ministro, que torce pelo Santos, ganhou uma camisa autografada do craque Pelé, que na política foi ministro do Esporte e já confidenciou trocar ideias também do ponto de vista profissional com o amigo-ministro. Não à toa, Gilmar

Mendes se diz um “pelezista”. Pelé prestigiou importantes posses da carreira do ministro. A partir disso, vários juristas, juizes, advogados passaram a presentear Gilmar Mendes da mesma forma: com uma camisa de futebol. Ele já acumula as de grandes times nacionais como Grêmio e Palmeiras, lembrança inclusive do ex-técnico Scolari, passando pelo Cruzeiro, Coritiba até chegar também ao Paraná Clube, presente de um juiz federal paranaense, Danilo Pereira Júnior.

Desde a juventude, Gilmar Mendes integra um seleto trio de amigos: ele, Boni e Ives. José Bonifácio Borges de Andrada, o Boni, foi advogado geral do governo de Aécio Neves em Minas Gerais e hoje é vice de Rodrigo Janot na Procuradoria Geral da República (PGR). Já Ives Gandra Filho é presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST). O “pai” desse trio, como ele mesmo se intitula, é um dos mais respeitados juristas do país, o advogado Ives Gandra Martins. A *Gazeta do Povo*, ele disse que: “Gilmar sempre foi um cidadão ambicioso, legitimamente ambicioso. O fato de fazer doutorado na Alemanha, aprender alemão, numa época que fazíamos apenas inglês e francês, diz muito dele. É um cidadão que cresceu, sabe o que quer, vai em frente com suas ideias e tem um estilo incisivo”, ressalta.

Para falar de Gilmar, o amigo recorre a uma memorável frase do pensador francês Buffon, do século 19: O estilo é o homem. “O que eu dizia para o meu filho, o Boni e o Gilmar era que quase sempre quando se tem uma posição de destaque, o maior inimigo da pessoa é a

própria pessoa. Para os três, eu dizia que na vida a gente tem que defender ideias e não atacar pessoas. É evidente que cada um tem seu estilo”, pondera.

Eles se conheceram em um almoço no aeroporto de Brasília no início da carreira de Gilmar Mendes. “Eu vi nele, desde o primeiro encontro, um talento excepcional no campo do Direito Constitucional. Gilmar é um dos maiores constitucionalistas da história do país. Ele sempre teve esse tipo de temperamento, defendendo as posições dele e sempre ousado. Pela veemência de suas convicções, ele cria amigos e inimigos. Tem muitos adversários e também muitos admiradores porque diz o que pensa e às vezes de uma forma mais incisiva”, afirma Ives Gandra Martins. O amigo diz que Gilmar é poucas vezes fotografado sorrindo, apesar de considerá-lo um homem divertido.

Ciente das polêmicas, o jurista trata logo de separar o que é relação pessoal da avaliação técnica sobre o perfil de Gilmar Mendes. “Quando eu falo, falo com tranquilidade e imparcialidade porque já divergimos em alguns processos, ele votando contra. As divergências que eu tenho com o Gilmar não modificam em nada a minha admiração por ele. Eu tenho uma posição mais conservadora, talvez pela idade, sou contrário a essa corrente do neoconstitucionalismo, porque não cabe ao Poder Judiciário preencher o vácuo Legislativo, não pode legislar”, observa.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

26 AGO 2017

27 AGO 2017

### Adversários

Durante o impeachment de Collor, portanto quando ainda não era ministro do STF, Mendes não abandonou o barco, chegou a ironizar publicamente o advogado Miguel Reale Júnior quando disse “Miguelzinho foi convidado para ser advogado do presidente e aceitou. Não foi contratado porque o Planalto descobriu que ele é apenas homônimo de advogado”, provocou Gilmar Mendes se referindo ao pai de Reale Jr. O advogado revideou e igualou Mendes a um porta voz ou assessor “de beca” de Collor. Procurado pela *Gazeta do Povo*, como experiente jurista, para comentar sobre a personalidade de Gilmar Mendes, Reale Jr. foi direto, disse mais de uma vez “eu não falo sobre pessoas”, e preferiu não comentar sobre o ministro. Ele foi um dos autores do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e mais recentemente pediu para sair do PSDB.

Conhecido por sólidas convicções, Gilmar Mendes tem como hábito reunir seus auxiliares numa espécie de “brainstorm” para que todos opinem nos mais diferentes assuntos. Dificilmente, ele deixa o tribunal antes de 22h. Com tanto tempo na vida pública, o magistrado também já se arrependeu de algumas decisões, como o fim da cláusula de barreira, que havia sido aprovada pelo Congresso para restringir a atuação de partidos menores. Mas em 2006, o STF derubou a regra por unanimidade. Hoje o ministro avalia que isso facilitou a fragmentação do Congresso em inúmeros partidos e defende que a barreira esteja na reforma política ainda que signifique o fim de legendas menores.



Gilmar Mendes com Sarney, que o apoiou para a vaga no STF.



Com Temer, ministros e Rodrigo Maia, presidente da Câmara.



Conversa com Lula, considerado adversário político.

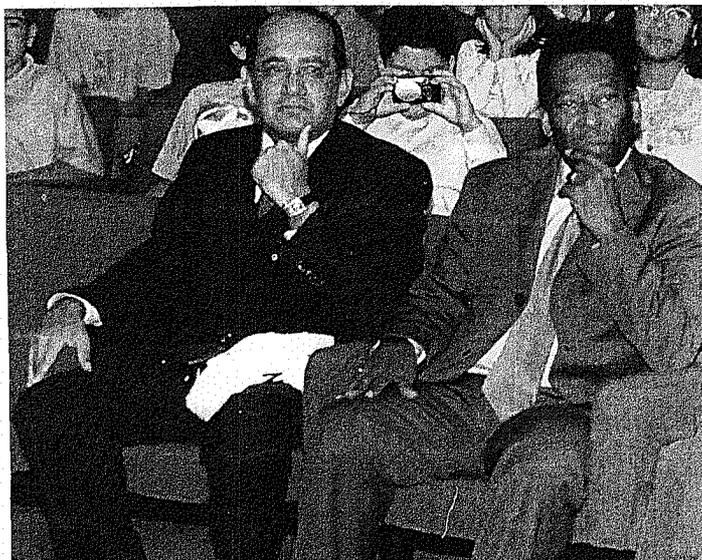
**CONTINUA**

26 AGO 2017

27 AGO 2017

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



Pelé faz parte do círculo de famosos próximos a Gilmar.



Com Ricardo Teixeira, ex-presidente da CBF e investigado.

### invisibilidade

**N**o dia 18 de agosto, ocorreu na Praça Rui Barbosa, em Curitiba, evento comemorativo ao Dia de Luta pelos Direitos da População em Situação de Rua, celebrado em 19 de agosto. A mera existência de um dia que confere visibilidade e reconheça as dificuldades deste segmento já representa um avanço. Entretanto, a luta pelo seu reconhecimento ainda está no começo e demanda esforço incansável.

Infelizmente — e a corroborar a necessidade de lembrança deste grupo invisibilizado —, na madrugada do mesmo dia, horas antes da chegada dos organizadores do evento e da Defensoria Pública do Paraná à praça, ocorreu uma operação da Guarda Municipal curitibana. Diversos moradores de rua, dentre os quais havia mulheres grávidas, idosos e crianças, foram retirados, contra sua vontade, dos locais em que dormiam nas redondezas da Rui Barbosa e também na Praça Tiradentes. Há, inclusive, relatos de apreensão dos parques pertencentes pessoais desta população por parte das forças de segurança.

Tal ocorrência só confirma a realidade já conhecida, porém ignorada. Os curitibanos mais desprovidos são igualmente vítimas de diversas formas de desprezo, seja nos abrigos, nas ruas e nos sistemas de saúde, segurança municipal e habitação.

Dos depoimentos colhidos pela Defensoria Pública no evento da Praça Rui Barbosa, foi possível perceber que as ocorrências referentes à atuação da Guarda Municipal de Curitiba e aos abrigos de acolhimento são as mais recorrentes. As pessoas desse segmento da população, em razão de sua situação, se encontram em um constante estado de nervosismo. As forças municipais, por sua vez, em vez de tratar essas pessoas de forma pacífica, e com o fim de tentar apaziguar o estado de inquietação desses indivíduos, acabam por inflamar as situações e criam um clima de constante conflito no seio da população de rua.

Percebe-se a inabilidade da Guarda Municipal no trato com essas pessoas, o que pode ser justificado pela falta de competência normativa para lidar com tais situações. O artigo 144, parágrafo 8º da Constituição Federal autoriza a criação, pelos municípios, de guardas destinadas única e exclusivamente à proteção de bens, serviços e instalações municipais, respeitadas as atribuições da Polícia Militar e da Polícia Civil.

26 AGO 2017

27 AGO 2017

Por outro lado, a Guarda Municipal de Curitiba vem atuando à margem do marco constitucional. Atualmente, encontra-se militarizada e dotada até mesmo de um “Grupo de Operações Especiais”, fortemente armado e que qualquer incauto entenderia voltado para situações de guerra. Mostra-se claro que, no atual momento, a guarda curitibana foi transmutada em uma corporação policial militar, em violação às atribuições estaduais. Aos estados — e não aos municípios — compete a criação e organização de policiais militares, conforme determina o artigo 144 e seus parágrafos da Constituição Federal.

Por evidente, os guardas municipais estão autorizados a realizar prisões em flagrante. Afinal, isso é permitido a qualquer cidadão, como preceitua o artigo 301 do Código de Processo Penal. Por outro lado, não lhe cabe exercer atividade policial repressiva, nem policiamento ostensivo. Interditada-se, nesta linha, a possibilidade de essa corporação realizar buscas pessoais ou colher provas. À Guarda Municipal compete, como o nome não esconde, uma atividade de guarda, de proteção patrimonial. Em certa aproximação, as guardas municipais assemelham-se a serviços privados de proteção, que têm atividade muito diversa da Polícia Militar e Civil. A despeito disso, as forças municipais promovem revistas, buscas pessoais e apreensão de bens, entre outras atividades de policiamento.

Outra grande reclamação da população em situação de rua refere-se aos abrigos. Não existe política para abrigar famílias e casais, acabando-se por estimular o rompimento dos já frágeis laços familiares desta população: casais são proibidos de permanecer juntos; homens não conseguem ingressar nos abrigos com seus filhos, pois este serviço é destinado apenas às mães. Assim, outra consequência não há, exceto fazer com que aqueles que não queriam se separar de seus entes queridos fiquem despidos do amparo institucional.

Em suma, falta cuidado e falta visibilidade. As pessoas em situação de rua da cidade de Curitiba só são vistas no momento em que incomodam os olhares de quem passa na rua. Nesse momento, porém, a eficiência da administração Greca é posta em prática e trata de invisibilizar essas pessoas com surpreendente rapidez.

28 AGO 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Em 2017, confiança no Judiciário e no MP diminuiu

*Em 2016, o MP havia sido citado como "confiável" por 44% da população. Neste ano, o número caiu para 28%*

A operação "lava jato" pode ter levado o mundo do Judiciário para as manchetes como nunca antes uma investigação foi capaz. E o efeito da exposição foi uma queda na confiança da população no Judiciário e no Ministério Público, aponta a edição de 2017 do Índice de Confiança na Justiça, da Fundação Getulio Vargas. Isso além, é claro, da já esperada redução do número de pessoas que confiam no governo.

Em 2016, o MP havia sido citado como "confiável" por 44% da população. Neste ano, o número caiu para 28%. De acordo com a pesquisa, enquanto 30% dos entrevistados pela GV diziam confiar na Justiça em 2016, só 24% disseram o mesmo entre maio e junho deste ano, quando o levantamento foi feito.

Pelo que já foi divulgado, a imagem do governo federal foi a mais prejudicada com os acontecimentos dos últimos anos. Em 2017, só 6% dos entrevistados disseram confiar nos assuntos ligados ao Executivo Federal. Um ano antes, a cifra era de 11%, quase

o dobro. Dois anos antes, 29% dos entrevistados diziam confiar no governo federal.

Havia a expectativa de que a popularidade do juiz federal Sergio Moro, que toca a "lava jato" em primeira instância, pudesse alavancar a confiança no Judiciário, mas ela não foi confirmada pelos dados. O que se viu, na verdade, foi o contrário.

28 AGO 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# TJ-SP vê exagero em investigação de clubes que exigem babás de branco

Autoridades públicas não podem usar o poder de investigação da forma como querem, para tentar encontrar suspeitas, mas apenas com base em fundamentos claros e justa causa. Assim entendeu o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, nesta quarta-feira (23/8), ao trancar inquéritos contra clubes paulistanos que só permitem a entrada de babás com roupas brancas.

Os 25 desembargadores da corte entenderam, por unanimidade, que a promotora Beatriz Budin Fonseca abriu investigações mesmo sem existir suspeita concreta de discriminação. O problema é que, mesmo depois de o Conselho Superior do Ministério Público ter arquivado inquérito civil sobre o assunto, em dezembro de 2015, ela resolveu dar início a novos inquéritos individuais contra cada clube na capital paulista que adota regulamento semelhante sobre o uniforme.

Quatro associações questionaram o ato na Justiça. Para o relator do caso, desembargador Ferreira Rodrigues, a integrante da Promotoria de Direitos Humanos agiu sem fatos novos. Ele disse que não há nada para ser investigado, já que os clubes nem sequer negam a regra — na verdade, assumem e defendem a legalidade dessa obrigação.

28 AGO 2017

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Justiça Restaurativa

### deve ser usada

## em caso de violência doméstica

Os tribunais de Justiça devem adotar práticas da Justiça Restaurativa nos casos que envolverem violência contra a mulher. A recomendação foi aprovada na XI Jornada Maria da Penha, que reúne magistrados e outros atores do sistema de Justiça para avaliar e definir diretrizes para o cumprimento da Lei Maria da Penha (11.340/06) no Judiciário brasileiro.

A aplicação das técnicas de Justiça Restaurativa não tem o objetivo de substituir a prestação jurisdicional, mas contribuir para a responsabilização dos atos de maneira permanente, visando à pacificação do conflito. De acordo com o texto aprovado, a técnica deve ser usada com anuência da vítima e por uma equipe técnica capacitada para esse fim.

Para garantir a boa aplicação da técnica, foi sugerida a capacitação permanente dos magistrados, das equipes multidisciplinares e dos facilitadores em Justiça Restaurativa e nas temáticas de gênero. Caberá ao Conselho Nacional de Justiça, em parceria com a Escola Nacional de Formação de Magistrados (Enfam), desenvolver cursos com enfoque nas técnicas e práticas restaurativas.

Outra medida importante, focada na melhoria do atendimento às vítimas e estabelecida como recomendação ao sistema de Justiça, é a adoção

de um sistema virtual que agilize a concessão das medidas protetivas, se possível, desde a delegacia de polícia. Para isso, os tribunais poderão buscar acordos de cooperação técnica com os órgãos responsáveis.

# FOLHA DE LONDRINA

**LUIZ GERALDO MAZZA**

**26 AGO 2017**

**27 AGO 2017**

## **O bom conflito**

A Lava Jato é o maior tema nacional e, por isso, é de todos o mais debatido. Embora se constitua na primeira e efetiva ação articulada contra a fraude e a corrupção, carecia de um conflito que atingisse em cheio a intimidade dos tribunais superiores. No papel de crítico acérrimo dos procedimentos que embasam o fluxo judicial, ao ponto de centrar fogo no procurador da República, Rodrigo Janot, o ministro Gilmar Mendes tem tido o mais destacado papel de contestador. Mas nem por isso vinha recebendo qualquer tipo de alerta ou até mesmo admoestação pelo transbordamento dos rituais de convívio institucional. A situação se agravou com as concessões sucessivas de habeas corpus no caso do grupo de transportadores públicos do Rio Janeiro, acusado de atuar em consonância com o governo Sérgio Cabral, e aí emergiram denúncias de fatos que o comprometiam como julgador, inclusive de relações que poderiam determinar a sua suspeição.

O inevitável aconteceu: um ato político de juízes, procuradores, artistas de ataque ao ministro do STF, Gilmar Mendes, e de solidariedade ao magistrado Marcelo Bretas que conduz a Lava Jato no Rio de Janeiro. Ganhou o espaço público de forma incontestável a pendência como se estivéssemos no andamento de um plebiscito ou referendo. O litígio, que se dá intrapoderes, testando o equilíbrio das nossas instituições e a mecânica dos freios e contrapesos, que já estava nas ruas e ambiente acadêmico, dá nitidez ao conflito, que não é mau porque assegura a higidez do processo ainda que de forma turbulenta e distante da cordialidade.

Há uma aparência de que a essa altura dos acontecimentos não dá mais para sustentar o desejado distanciamento brechtiano da magistratura porque ela também se encontra sob julgamento, independente das causas eventualmente abraçadas. Nenhuma sociedade evolui sem conflitos e esses do momento são fundamentais ainda que ganhando um traço meio pop, meio hippie dada a seriedade formal dos confrontantes.

## **Folclore**

O maior jornal do país, "Folha de S.Paulo", afirma que a Justiça agilizou, de forma clara, o processo de Lula no caso do triplex pela circunstância de ter levado apenas 42 dias para chegar à segunda instância e mostra isso num confronto estatístico com outras demandas com mais de 187 dias como a do ex-deputado Pedro Corrêa ou a de 166 dias da doleira Nelma Kodama. Mais polêmica e no meio a declaração do presidente do TRF-4, Carlos Thompson Flores, de que a apelação seria julgada em um ano e que a proximidade das eleições poderia influir no trâmite da ação. "Estatística em Direito não significa nada", diz Marlus Arns de Oliveira, e tanto é verdade que só agora vemos tanta gente do colarinho branco em cana.

26 AGO 2017

27 AGO 2017

FOLHA DE LONDRINA

# PGR denuncia Renan, Sarney e Jucá por corrupção passiva e lavagem de dinheiro

Rodrigo Janot acusa ainda os senadores Garibaldi Alves Filho e Valdir Raupp e outras quatro pessoas em esquema de desvio de recursos na Transpetro

Breno Pires, Luiz Vassallo e Rafael Moraes Moura  
*Agência Estado*

Brasília - A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou uma denúncia contra o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), o ex-presidente do Senado Renan Calheiros (PMDB-AL) e o ex-presidente da República José Sarney (PMDB) e os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Valdir Raupp (PMDB-RO), e outras quatro pessoas, por participação em um esquema de corrupção da Transpetro (Petrobras Transporte S.A). A PGR aponta que os políticos denunciados cometeram os crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, enquanto empresários teriam cometido crimes de corrupção passiva.

O inquérito tem como suporte as delações premiadas do ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, de Fernando Reis, executivo da Ode-

brecht Ambiental, e de Luiz Fernando Maramaldo, sócio da NM Engenharia. Os três também foram denunciados, junto com Nelson Cortonesi Maramaldo, outro sócio da NM Engenharia. No total, a denúncia tem nove alvos.

Machado, primeiro delator a tratar do esquema, afirmou que parlamentares receberam, via doação oficial, repasses com recursos oriundos de vantagens indevidas pagas por empresas contratadas pela Transpetro, que constituiriam propina na avaliação da PGR.

Segundo Janot, com o propósito de ocultar valores provenientes da prática de crimes contra a administração pública, Renan Calheiros e Sérgio Machado "ajustaram o pagamento da vantagem indevida por meio de doações efetivadas a Diretórios Estaduais ou a Diretórios Municipais do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em 2008 e em 2010".

Luiz Fernando Nava Mara-

maldo também trouxe elementos utilizados na denúncia, afirmando que a empresa dele fez a alguns parlamentares doações oficiais que, na verdade, eram propina - dinheiro desviado de contratos da empresa com a Transpetro. "Luiz Fernando Nave Maramaldo reafirmou todo o funcionamento do esquema espúrio instalado na Transpetro e controlado por Sérgio Machado", afirmou Janot.

O procurador-geral afirma que "o esquema criminoso na Transpetro apresentava o mesmo desenho estrutural e finalidades daquele estruturado no âmbito da Petrobras".

"Os dados mostram que os Estados de alguns dos membros do PMDB que são alvo da Operação Lava Jato receberam em 2010 e em 2014 recursos em montante desproporcional ao tamanho do eleitorado.

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

Por outras palavras, os Estados de domicílio eleitoral desses investigados ou denunciados, e não os de maior eleitorado, receberam os maiores volumes de recursos”, afirma Janot na denúncia.

Na denúncia, a PGR pede também a reparação à Transpetro dos danos materiais causados por suas condutas e dos danos morais transindividuais, e a decretação da perda da função pública dos condenados detentores de cargo, emprego público ou mandato eletivo, principalmente por terem agido com violação de seus deveres para com o Estado e a sociedade.

26 AGO 2017

27 AGO 2017

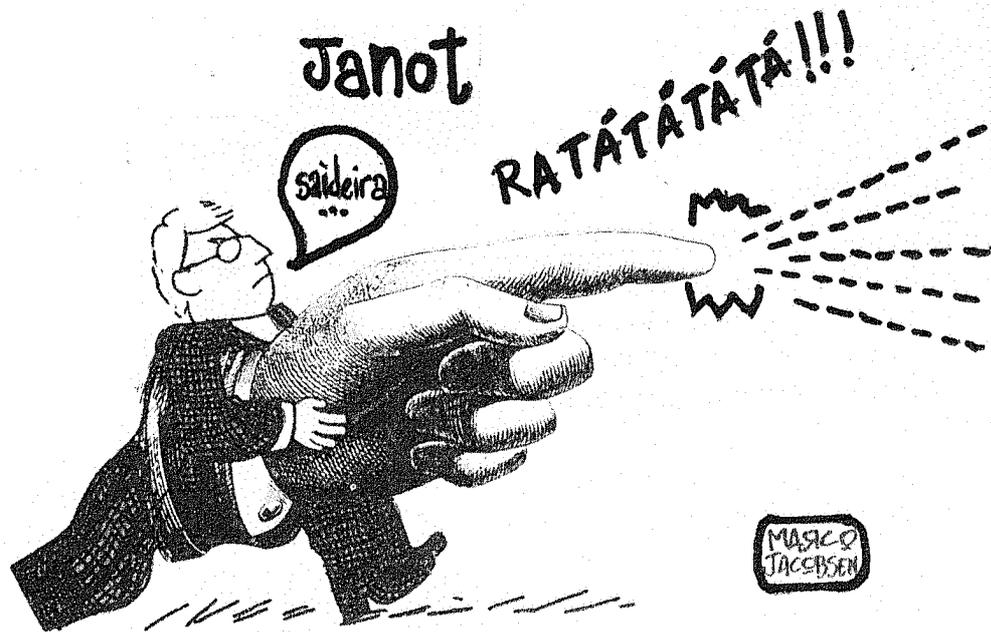
### OUTROLADO

O senador Renan Calheiros afirmou que “essa denúncia é política”. O advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, que defende Romero Jucá e José Sarney, disse que a denúncia é baseada em delação “desmoralizada do senador Sérgio Machado”. Para o advogado, ela representa o “posicionamento de um procurador em final de carreira que quer se posicionar frente à opinião pública”, referindo-se ao procurador-geral, Rodrigo Janot. A defesa de Sérgio Machado informou que o ex-presidente da Transpetro vai continuar ajudando na produção de provas e que o oferecimento de uma denúncia mostra que a sua delação foi eficaz. Até a publicação deste texto, a reportagem não havia obtido resposta da Odebrecht e do senador Garibaldi.

26 AGO 2017

27 AGO 2017

# FOLHA DE LONDRINA



28 AGO 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## Moro diz que acusação de advogado é 'absolutamente falsa'

São Paulo - O juiz Sergio Moro divulgou nota na manhã deste domingo (27) contestando as acusações de Rodrigo Tacla Duran, ex-advogado da Odebrecht, de que o advogado trabalhista Carlos Zucolotto Junior, amigo do magistrado, intermediou negociações paralelas dele com a força-tarefa da Operação Lava Jato. Segundo Duran, Zucolotto - que é padrinho de casamento do juiz - propôs facilidade a ele em um acordo de delação premiada.

"O relato de que o advogado em questão teria tratado com o acusado foragido Rodrigo Tacla Duran sobre acordo de colaboração premiada é absolutamente falso", afirma Moro na nota. Segundo ele, "nenhum dos membros do Ministério Público Federal da força-tarefa em Curitiba confirmou qualquer contato do referido advogado sobre o referido assunto ou sobre qualquer outro porque de fato não ocorreu qualquer contato".

"O advogado Carlos Zucolotto Jr. é meu amigo pessoal e lamento que o seu nome seja utilizado por um acusado foragido e em uma matéria jornalística irresponsável para denegrir-me", diz também o juiz responsável pela Lava Jato em Curitiba. A reportagem sobre a acusação foi publicada na Folha de S. Paulo.

Duran foi acusado de lavagem de dinheiro e de formação de organização criminosa pelo Ministério Público Federal. Ele tentou fazer delação premiada, mas as negociações fracassaram. O advogado teve a prisão decretada por Moro e chegou a ser detido na Espanha, mas foi libertado. O Brasil pediu a sua extradição, mas o país europeu negou, já que Duran tem dupla cidadania.

O juiz já havia se manifestado antes da publicação da reportagem, desqualificando a alegação de Duran. Zucolotto negou ter elo com a Lava Jato. "Não tem o mínimo de verdade nisso. Não existe", disse.

### LAVAJATO

A força-tarefa da Lava Jato em Curitiba disse, por meio de assessoria de imprensa, que "repudia" as declarações de Rodrigo Tacla Duran, que advogou para a Odebrecht de 2011 a 2016 e acusou o advogado trabalhista Carlos Zucolotto Junior de intermediar negociações paralelas com a equipe da operação. O intuito seria abrandar a pena e diminuir a multa de Duran, investigado na operação.

Segundo a força-tarefa, "Duran tenta desesperadamente atacar aqueles que o investigam, processam e julgam, no intuito de afastar o seu caso das autoridades que atuam na Lava Jato".

A trupe reforça argumentos já publicados neste domingo (27) em reportagem da colunista Mônica Bergamo, da Folha de S. Paulo. De acordo com a nota, o texto "reproduz, sem qualquer constatação de veracidade pela colunista, trechos de um 'livro' fantasioso escrito por Rodrigo Tacla Duran, réu foragido da justiça brasileira".

As informações e a transcrição de suposta correspondência que comprometeriam Zucolotto estão em um livro que Duran está escrevendo e que pretende lançar até outubro. A Folha de S. Paulo teve acesso à íntegra do texto, que foi publicado e depois retirado da internet.

Diz a nota: Moro "não participou de qualquer fase das negociações do acordo de colaboração premiada", e "nenhum dos membros da força-tarefa possui ou já possuiu relacionamento pessoal ou profissional com o advogado Carlos Zucolotto Jr".

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

## *Criminalista defende investigação*

Folnapress

28 AGO 2017

São Paulo - O advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, conhecido como Kakay, defendeu neste domingo (27) que seja investigada a acusação de que um advogado amigo do juiz Sergio Moro intermediou negociações paralelas com a força-tarefa da Operação Lava Jato.

“Eles [força-tarefa] abririam uma investigação se fossem acusações relacionadas a qualquer outra pessoa. Precisam ser coerentes”, diz Kakay, que defende na operação clientes como os senadores peemedebistas Romero Jucá e Edison Lobão.

“Sou um crítico dos excessos da Lava Jato desde o início. Os abusos podem começar a bater também em quem os comete. O veneno pode se voltar contra aqueles que cometem os excessos”, diz o criminalista.

Em nota publicada em uma rede social, Kakay diz que deve se “dar ao Moro e aos procuradores a presunção de inocência, o que este juiz e estes procuradores não fariam”. “Estão vendo”, segue ele, “o que acontece ao longo de três anos de espetacularização do direito penal”.

26 AGO 2017

## O ESTADO DE S. PAULO

# A farra das gratificações

**M**ais uma corporação judicial foi pega utilizando expedientes duvidosos para obter vantagens pecuniárias à custa dos contribuintes. Desta vez, foram juizes e desembargadores de 17 dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) que reivindicaram o recebimento de gratificações superiores a R\$ 9 mil a título de "sobrecarga de processos".

Esse expediente foi descoberto por uma auditoria realizada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho para apurar anormalidades no pagamento de gratificações da Justiça do Trabalho. Num período de apenas seis meses, entre novembro de 2015 e abril de 2016, os TRTs pagaram R\$ 23 milhões a seus magistrados a título de gratificação. Desse montante, R\$ 3,3 milhões foram pagamentos irregulares, dizem os auditores. Entre janeiro e dezembro de 2016, o valor total das gratificações acarretou um custo extra de R\$ 49 milhões para a Justiça do Trabalho. E, entre janeiro e julho de 2017, já foram pagos R\$ 31 milhões.

Com o pomposo nome de "gratificação por exercício cumulativo de jurisdição", a gratificação por "sobrecarga de processos" é mais um penduricalho do Poder Judiciário. Paga desde 2015, ela foi criada sob a justificativa de dar uma compensação aos juizes que

atuam simultaneamente em mais de uma vara da Justiça do Trabalho, por períodos superiores a três dias, e aos titulares de varas que recebem mais de 1,5 mil processos novos por ano. A gratificação equivale a um terço do salário. Como os vencimentos iniciais de um magistrado de primeira instância é de R\$ 27,5 mil, o pagamento adicional é de R\$ 9,1 mil.

A exemplo do que acontece nos demais braços do Judiciário, e também no Ministério Público e na Advocacia-Geral da União, logo surgiram pressões para que esse benefício fosse concedido de forma indiscriminada a todos os magistrados trabalhistas. Para obter essa gratificação, os juizes apelaram para a criatividade. Segundo a auditoria, cujo relatório foi enviado ao Tribunal de Contas da União (TCU), eles passaram a dividir o trabalho com outros colegas numa mesma vara e até com juizes que estavam em férias ou, então, afastados por motivos administrativos. Em alguns dos TRTs, o benefício também vem sendo pago a juizes que atrasam reiteradamente seus despachos e suas sentenças, e a desembargadores que não ocupam cargos de direção nem atuam em órgão especial ou seção especializada.

As irregularidades apontadas foram tantas que, ao receber o relatório dos auditores do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o TCU pediu a abertura imediata de investiga-

ções mais rigorosas em todos os TRTs, com participação de setores de inteligência e programação orçamentária do Executivo. Comunicou que exigirá o ressarcimento dos valores recebidos irregularmente por juizes e desembargadores. Anunciou que está estudando a suspensão cautelar dos pagamentos, "antes que o rombo na Justiça do Trabalho atinja montantes mais substanciais". E, como a Justiça Federal paga a mesma gratificação, também mandou fazer uma varredura nos Tribunais Regionais Federais. "Num momento em que o País enfrenta grave crise fiscal e financeira, é temerário que os já consideráveis gastos com essa gratificação sejam majorados", disse o ministro Bruno Dantas.

Contudo, horas depois da fala do ministro, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho distribuiu nota afirmando que o relatório da auditoria promovida nos TRTs acusados de irregularidades ainda não foi julgado pelo órgão. Por esse motivo, ele não teria validade jurídica, conclui a nota. Na prática, isso significa que o TCU não tem, formalmente, como implementar as sensatas medidas que tomou. "As informações enviadas ao TCU são preliminares", diz a nota, entreabrindo com isso as pressões que os auditores certamente sofreram. Infelizmente, essa é mais uma demonstração da maneira como o Judiciário se acostumou a tratar os recursos dos contribuintes.

26 AGO 2017

# O ESTADO DE S. PAULO

## Delações criminosas



A delação deve ser um auxílio à investigação. Só assim se torna justificável a diminuição da pena que se concede ao colaborador da Justiça. No entanto, tem sido cada vez mais frequente encontrar acordos de delações com escassos frutos investigativos. Mais parecem fogos de artifício. Algumas delações, quando são divulgadas ou vazadas, provocam enorme rebuliço, mas depois, justamente na fase em que deviam dar sua maior contribuição, são absolutamente decepcionantes.

Foi o que ocorreu com as delações de Sérgio Machado e de Joesley Batista. Anunciadas como se estivessem repletas de provas definitivas contra altos personagens da República, pouco trouxeram aos respectivos inquiridos. No caso da acusação contra o presidente da República, baseada em áudio entregue pelo sr. Batista, ficou evidente, abaixada a poeira do episódio, sua inépcia.

Em relação às informações prestadas pelo sr. Machado, que também entregou vários áudios aos agentes da lei, a Polícia Federal reconheceu que pouco serviram a elucidar os supostos crimes. “A colaboração (*de Sérgio Machado*) mostrou-se ineficaz, não apenas quanto à demonstração da existência dos crimes ventilados, bem como quanto aos próprios meios de prova ofertados, resumidos estes a diálogos gravados nos quais é presente o caráter instigador do colaborador quanto às falas que ora se incriminam”, dizia o relatório da delegada Graziela Machado da Costa e Silva, encaminhado em julho ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A esse conjunto de delações decepcionantes se soma, agora, a do ex-senador Delcídio Amaral, cujo acordo de colaboração premiada foi firmado com a Procuradoria-Geral da República (PGR) em março de 2016. Na

ocasião, o ex-líder do governo de Dilma Rousseff no Senado fez uma acusação bombástica. O então desembargador do Tribunal Regional Federal (TRF) da 5.<sup>a</sup> Região, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, teria sido escolhido em 2015 pela presidente Dilma para ocupar uma cadeira no Superior Tribunal de Justiça (STJ) com o compromisso de conceder habeas corpus e recursos favoráveis aos empreiteiros Marcelo Odebrecht, do Grupo Odebrecht, e Otávio Azevedo, da Andrade Gutierrez. Segundo o ex-senador, a escolha do sr. Navarro tinha o claro intuito de dificultar investigações da Lava Jato, pois teria assumido a vaga de ministro do STJ com o compromisso de ser brando com réus cujo encarceramento podia levar a novas delações.

Todo esse bombástico conteúdo não foi capaz, no entanto, de conduzir às necessárias provas, afirmou a Polícia Federal em inquérito que tramita em segredo de justiça no STF. Segundo o relatório encaminhado à Suprema Corte, após a realização de todas as diligências, não se confirmou o depoimento de Delcídio Amaral e do seu ex-chefe de gabinete Diogo Ferreira.

O *Broadcast*, serviço de notícias em tempo real do **Estado**, também apurou que a Polícia Federal não verificou nenhum tipo de conduta criminosa por parte do ministro Francisco Falcão, do STJ. O caso foi encaminhado à Procuradoria-Geral da República, que avaliará se pede o arquivamento ou se faz uma denúncia. No mesmo inquérito também são investigadas a indicação de Lula como ministro do governo Dilma e uma conversa gravada entre Aloizio Mercadante e o então assessor de Delcídio no Senado, Diogo Ferreira.

Delações que se mostram incapazes de conduzir à prova do crime denunciado não são apenas inúteis para a investigação do suposto crime.

Tendo em vista que abrandam a pena de criminosos confessos, tais delações acabam por reproduzir a impunidade que teoricamente vinham combater. O efeito mais perverso desse tipo de atuação descuidada de agentes da lei é, no entanto, a produção de escândalos, sem fundamento nos fatos, baseados apenas na palavra dos delatores. Essa artificial atmosfera de podridão mina a confiança da população nas autoridades – que se tornam alvos fáceis, e muito úteis, para quem está com problemas com a Justiça e deseja fazer um acordo de colaboração premiada – e nas instituições, que, sem meios de provar esses escândalos, ainda parecem colaborar para a impunidade. Em síntese, são delações criminosas, que prejudicam o País.

26 AGO 2017

## O ESTADO DE S. PAULO

### Investigado solto por Gilmar vira foragido

O ex-presidente do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro (Detro-RJ) Rogério Onofre de Oliveira é considerado foragido. Onofre é um dos investigados da Operação Ponto Final, que investiga a cúpula do Transporte do Rio, que recentemente foram colocados em liberdade por decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. Ontem, o juiz federal Marcelo Bretas, da 7.<sup>a</sup> Vara Federal, do Rio, mandou prender novamente o ex-presidente Detro. A suspeita é que ele tenha ameaçado outros dois investigados do caso.

A medida foi tomada após o Ministério Público Federal informar a Bretas que às 7h da última quarta-feira a defesa do investigado Nuno Coelho entregou aos investigadores uma mensagem e um áudio que continha a ameaça de Onofre – supostamente feita antes de o ex-presidente do Detro ser preso.

“Vocês ainda não foram... morreram... porque eu quero receber, mermão. Agora eu tô percebendo que vocês não vão pagar mesmo, aí então... nós vamos resolver isso de... f.! Pelo menos eu esqueço essa m... aí.”, disse Onofre.

Após o pedido da força-tarefa da Lava Jato, no Rio, Marcelo Bretas decidiu enviar o requerimento para análise de Gilmar Mendes, relator da Ponto Final no Supremo e que havia soltado Onofre. Na quinta-feira, 24, Gilmar respondeu a Bretas que não competia ao Supremo analisar o novo pedido de prisão.

“Apresenta-se inusitado o pedido de esclarecimento a esta Corte, em face de demanda que tramita em primeiro grau de jurisdição, ainda em fase de inquérito policial”, anotou o ministro da Corte máxima.

Procuradores da força-tarefa da Lava Jato no Rio, juizes federais, políticos e artistas – entre eles Caetano Veloso, Cristiane Torloni, Thiago Lacerda e Marcelo Serrado – participaram, anteontem, de ato em apoio a Bretas. Gilmar concedeu, por duas vezes, habeas corpus a três réus que Bretas prendera, entre eles Rogério Onofre, e ironizou a atuação do juiz. “Em geral, o rabo não abana o cachorro”, disse o ministro.

**Novas prisões.** Ontem, duas pessoas ligadas à Petranspor foram presas ao tentar esconder computador dos investigadores da Lava Jato. /**CONSTANÇA REZENDE**

### SÔNIA RACY

#### Estado laico

Mais polêmica à vista, na agenda do STF. Quarta que vem o plenário julga uma ADI do Ministério Público pela qual o ensino religioso nas escolas será a dado... sem vinculação a nenhuma religião.

26 AGO 2017

## O ESTADO DE S. PAULO TJ tranca inquéritos sobre uniforme branco de babás

● Legalidade

“Os direitos estabelecidos na Constituição militam em prol das entidades porque isso diz respeito a suas vidas internas, a sua vontade.”

**Manuel Alceu Affonso Ferreira**

ADVOGADO DA HARMONIA DE TÊNIS

Órgão especial da Corte proibiu o prosseguimento de inquéritos sobre a prática vigente em clubes da capital paulista

O órgão especial do Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu de forma unânime nesta semana trancar inquéritos abertos pela Promotoria de Direitos Humanos que apuravam suposta prática discriminatória de clubes da capital em exigir uniformes brancos para babás enquanto elas estivessem em suas dependências. Para a Corte, as investigações não apresentavam fatos novos e, por isso, não poderiam contrariar decisão do próprio Ministério Público que já determinava o encerramento do procedimento.

O Tribunal atendeu a pedido feito em mandado de segurança pela Sociedade Harmonia de Tênis, e que tinha como interessados o Club Athletico Paulistano, o Esporte Clube Sírio e o Clube Athletico São Paulo.

O caso teve início em junho de 2015 quando a promotoria abriu inquérito para apurar o que acreditava ser prática de discriminação social por parte do Esporte Clube Pinheiros, o que acabou sendo estendido a outros clubes da cidade. O motivo seria a exigência de que babás que acompanham sócios só possam entrar nas dependências se estiverem vestidas de branco.

“A obrigatoriedade do uso de roupa branca tem a função de marcar a divisão entre as pessoas que frequentam o clube, deixando claro a qual classe social pertencem”, escreveu, na portaria de abertura do inquérito, a promotora Beatriz Helena Budin Fonseca.

Nesta semana, o desembargador relator Fernando Antonio Ferreira Rodrigues disse que a promotora “se entusiasmou e reabriu inquéritos individuais” mesmo após a proibição de continuidade do inquérito coletivo.

Para ele, não há discriminação na prática. “Tenho para mim que exigir que essas profissionais utilizem roupa branca e que sejam cadastradas não é nenhum exagero ou abuso por si só, sem outros elementos que indiquem alguma humilhação ou menosprezo. Não constitui justa causa para instauração de inquérito”, acrescentou.

O advogado da Harmonia de Tênis, Manuel Alceu Affonso Ferreira, disse que a promotora não agiu de forma “razoável”. “As portarias (do inquérito) violam as regras da Constituição da República referentes a instituições, assegurando-lhes autonomia no funcionamento.” Ferreira disse que os clubes confirmaram a prática, mas negam que haja discriminação. “Dizer que é discriminatória a exigência de uniforme de um determinado padrão para certas categorias é dizer que há discriminação nos hospitais entre médicos e enfermeiros, entre os operários e inspetores em uma fábrica.”/M.A.C.

**SÔNIA RACY**  
**Branco legal**

Foi para as gavetas, no TJ paulista, a investigação contra clubes que exigem que, em seus recintos, babás usem uniformes brancos. Os 25 desembargadores da corte concordaram, na quinta-feira, com o Ministério Público, que disse não ver nada irregular na medida.

26 AGO 2017

## O ESTADO DE S. PAULO

### SC: promotora pede internação de adolescente

O Ministério Público de Santa Catarina pediu a internação provisória do adolescente de 15 anos que bateu em sua professora. O caso ocorreu em Indaial, no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, e teve ampla repercussão nas redes sociais. A professora de Língua Portuguesa, Marcia Friggi, de 51 anos, disse que ao chamar a atenção do estudante recebeu um soco tão forte que foi jogada contra a parede. As imagens do seu rosto ferido circularam pela internet após ela divulgar o caso.

O pedido de internação foi apresentado na manhã de ontem na Vara da Infância e Adolescência de Indaial, de acordo com a promotora Patrícia Tramontin. A promotora também apresentou à Justiça a representação contra o jovem pelo ato infracional de injúria e lesão corporal.

Tramontin explicou que o padrão da Promotoria em caso de lesão corporal é pedir a prestação de serviço comunitário. Mas que nesse caso, o mais adequado é a internação, pois o adolescente cumpriu a medida alternativa no ano passado, quando foi denunciado por agredir a mãe e repetiu a conduta violenta. "É um caso de reincidência do comportamento desrespeitoso", disse. O adolescente tem histórico de violência doméstica, evasão escolar, envolvimento com drogas e passagens por agressão. Se a Justiça acatar o pedido, a internação prevista é de 45 dias. Mas o prazo pode ser prorrogado.

Em depoimento à polícia, o jovem disse ter agido por impulso. delegado José Klock, que conduziu o inquérito, disse ao Estado, na noite desta quinta, que o caso foi encerrado após ouvir testemunhas nesta tarde. "Elas repetiram as informações da professora, dizendo que estavam na diretoria quando a professora chegou com o aluno. Em ato contínuo, o soco foi desferido", disse. Nesta quarta, o adolescente havia prestado depoimento. "Ele disse que deu uma coisa ruim nele, que agiu por ímpeto e que havia sido tratado mal quando foi abordado na sala de aula, teria sido ofendido, na versão dele. E quando não conseguiu se expressar agrediu a professora."

26 AGO 2017

## O ESTADO DE S. PAULO

### MP diz que medida militar é inconstitucional

Marcelo Godoy

Marco Antônio Carvalho

O procurador-geral de Justiça, Gianpaolo Smanio, ingressará com ação direta de inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça de São Paulo contra a resolução 54/2017 do Tribunal de Justiça Militar (TJM), que reduz a atuação civil na apuração de casos de letalidade policial. Para o Ministério Público, a resolução “contraria flagrantemente a Constituição Federal”.

O **Estado** mostrou antea-tem que a resolução poderia prejudicar a apuração de casos de letalidade policial, em um ano de violência recorde. O MP disse que os crimes dolosos contra a vida mesmo que praticados por militares estão submetidos à Justiça Civil, segundo previsão da Constituição Federal. “Smanio argumenta ainda que a resolução invade competência da União para legislar em processo penal e contraria competência constitucional da Polícia Civil”, complementou.

A posição do Ministério Público ocorre no mesmo dia em que a Secretaria da Segurança Pública (SSP) se posicionou sobre o assunto. A pasta esclareceu que o procedimento para os casos de morte decorrente de oposição à intervenção policial foi regulamentado pelo Estado em 2011 e aprimorado por resoluções de 2013 e de 2015. “A SSP entende que suas resoluções estão em harmonia com o texto constitucional.”

Ontem, o TJM voltou a defender a legalidade da sua resolução, dizendo que a Lei 9.299/96 “apenas deslocou o julgamento desse tipo de delito para a Justiça comum, mas confirmou a atribuição da polícia judiciária militar para a sua investigação”. “Assim, diante da clareza solar da aludida resolução, nos parece despropositado qualquer outro entendimento como vem ocorrendo”, acrescentou.

A Corte disse que a resolução tem “exatamente” os mesmos termos do provimento 4/2007 da Corregedoria-Geral do Tribunal. “O trabalho da polícia judiciária militar deverá ocorrer conforme preceitua a lei, ou seja, preservando os locais de crime e encaminhando objetos e materiais relacionados com o delito para perícia junto à Polícia Técnico-científica.”

27 AGO 2017

## O ESTADO DE S. PAULO

**Podere**s. Repúdio ao Executivo e Legislativo chega ao Judiciário, revela pesquisa Ipsos; apenas Moro e Joaquim Barbosa mantêm índice elevado, apesar de queda de aprovação

# Onda de rejeição alcança até ministros do Supremo

Daniel Bramatti  
Gilberto Amendola

A onda de rejeição a políticos e autoridades públicas já não se limita ao governo e ao Congresso, e chegou com força ao Poder Judiciário e ao Ministério Público. Pesquisa Ipsos mostra que, entre julho e agosto, houve aumento significativo da desaprovação a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Até o juiz Sérgio Moro enfrenta desgaste: apesar de seu desempenho ainda ser majoritariamente aprovado pela população, sua taxa de rejeição está no nível mais alto em dois anos.

A pesquisa avaliou a opinião dos brasileiros sobre 26 autoridades de distintas esferas de poder, além de uma celebridade televisiva, o apresentador de TV Luciano Huck. Quase todos estão no vermelho, ou seja, são mais desaprovados do que aprovados. As exceções são Huck, Moro e o ex-presidente do Supremo Joaquim Barbosa. Os dois últimos são responsáveis pelos julgamentos dos dois maiores escândalos de corrupção do País: mensalão e Operação Lava Jato.

Para Danilo Cersosimo, um dos responsáveis pela pesquisa, o aumento do descontentamento com o Judiciário pode estar relacionado “à percepção de que a Lava Jato não trará os resultados esperados pelos brasileiros”. Outros levantamentos do

### ● Percepção

“(O resultado se deve) à percepção de que a Lava Jato não trará os resultados esperados pelos brasileiros.”

“Há uma percepção de que a sangria foi estancada, de que a Lava Jato foi enfraquecida.”

**Danilo Cersosimo**

PESQUISADOR DO IPSOS

Ipsos mostram que o apoio à operação continua alto, mas vem caindo a expectativa de que a força-tarefa responsável por apurar desvios e corrupção na Petrobrás provoque efeitos concretos e mude o País. “Há uma percepção de que a sangria foi estancada, de que a Lava Jato foi enfraquecida”, disse Cersosimo.

Na lista de avaliados pelo Ipsos estão três dos 11 atuais integrantes do Supremo: Cármen Lúcia, a presidente; Edson Fachin, relator dos casos relacionados à Lava Jato; e Gilmar Mendes, principal interlocutor do presidente Michel Temer no Tribunal. Os três enfrentam deterioração da imagem.

Além de Moro e Fachin, há na lista outros dois nomes relacionados à Lava Jato: o do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e o do procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da operação em Curitiba. Eles também sofrem desgastes.

**Líder.** No STF, a pior situação é a de Gilmar: no último mês, sua taxa de desaprovação subiu de 58% para 67%. Desde abril, o aumento foi ainda maior: 24 pontos percentuais.

O descontentamento com Gilmar cresceu ao mesmo tempo em que ele ficou mais conhecido: até maio, mais da metade da população (53%) não sabia dele o suficiente para opinar. Agora, esse índice caiu para 30%. Já a taxa de aprovação se manteve praticamente estável, oscilando em torno de 3%. A avaliação crítica é maior nas faixas mais escolarizadas: chega a 80% entre os brasileiros com curso superior, e é de 50% entre os sem instrução.

Nos últimos meses, Gilmar, que também preside o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), se notabilizou por constantes e duras críticas ao que classifica como abusos na atuação do Ministério Público Federal em grandes investigações no País, incluindo a Lava Jato. O ministro protagonizou embates com o procurador-geral da República e chegou a chamar Janot de “desqualificado”.

Na pesquisa Ipsos, o chefe do Ministério Público Federal – que vai deixar o cargo em breve – teve seu desempenho reprovado por 52% dos entrevistados. A avaliação favorável ficou em 22%.

**CONTINUA**

● Pesquisa Ipsos mostra aumento da desaprovação a integrantes do Judiciário e do Ministério Público

## CONTINUAÇÃO

### JUSTIÇA NA BÉRLINDA

## CONTINUAÇÃO

**Evolução.** Cármen Lúcia teve aumento de 11 pontos percentuais em sua taxa de desaprovação entre julho e agosto, de 36% para 47%. Já sua aprovação está em 31% – queda de cinco pontos percentuais em um mês e de 20 pontos desde janeiro. A avaliação favorável de Fachin caiu, em um mês, de 45% para 38%, enquanto a desfavorável subiu de 41% para 51%.

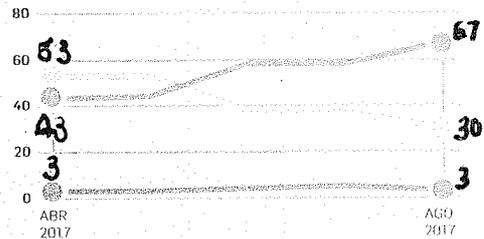
Conhecido por sua atuação no julgamento de acusados no escândalo da Lava Jato, Moro, titular da 13.<sup>a</sup> Vara Federal de Curitiba, tem seu desempenho aprovado por mais da metade da população (55%). Sua taxa de desaprovação, porém, subiu nove pontos percentuais no último mês, de 28% para 37% – o ponto mais alto na série histórica do Ipsos, que teve início em agosto de 2015.

## CONTINUA

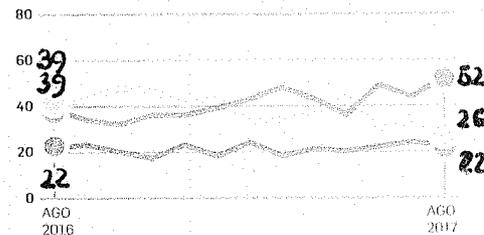
EM PORCENTAGEM

DESAPROVA TOTALMENTE OU UM POUCO	APROVA TOTALMENTE OU UM POUCO	NÃO SABE/NÃO CONHECE O SUFICIENTE PARA AVALIAR
----------------------------------	-------------------------------	--

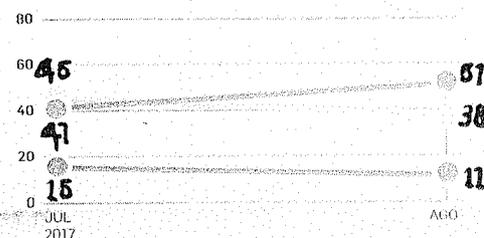
**Gilmar Mendes**  
Ministro do Supremo



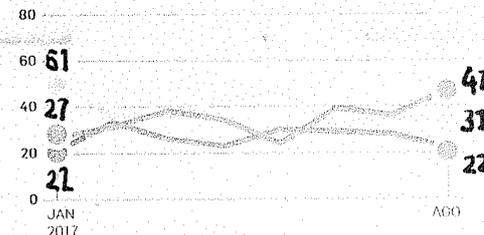
**Rodrigo Janot**  
Procurador-geral da República



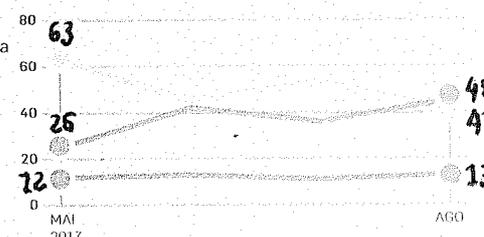
**Edson Fachin**  
Ministro do Supremo



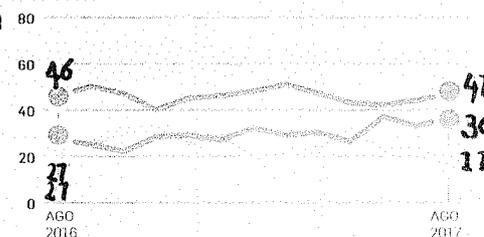
**Cármen Lúcia**  
Presidente do Supremo



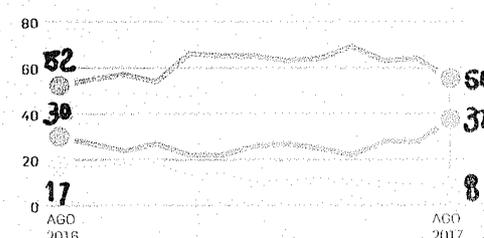
**Deltan Dallagnol**  
Coordenador da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba



**Joaquim Barbosa**  
Ex-presidente do Supremo



**Sérgio Moro**  
Juiz federal



27 AGO 2017

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

## Lava Jato afeta avaliação, afirmam especialistas

Julgamento de políticos, defesa de interesses próprios e relação com opinião pública influem em resultado de pesquisa

A pesquisa Ipsos mostrou que o desgaste não é mais exclusividade dos Poderes Executivo e Legislativo. Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) também já são vistos com desconfiança por parte da população. Para a cientista política Maria do Socorro Braga, a avaliação negativa de nomes como Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Edson Fachin é resultado da Operação Lava Jato.

“Eles são avaliados por atitudes e decisões tomadas nesse âmbito ou envolvendo personagens que estão sendo julgados pela operação. A opinião pública está muito sensível a esses desdobramentos”, disse. “Toda e qualquer impressão de impunidade recai sobre os ministros”, afirmou a cientista política e professora da Universidade de São Paulo (USP).

A sensação da opinião pública, segundo a pesquisadora, é de que os ministros do Supremo atuariam de forma corporativista, decidindo questões do próprio interesse, como o aumento de vencimentos do Judiciário.

**Comparação.** O também cientista político Marcc Antônio Teixeira, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), disse que os ministros mal avaliados também sofrem com uma possível comparação com o ex-presidente do STF Joaquim Barbosa e Sérgio Moro, juiz de primeira instância.

“Joaquim Barbosa e Sérgio Moro encarnaram de alguma forma um certo ativismo político que agradou à opinião pública”, afirmou. “A sociedade deseja um Supremo que se oponha à

classe política, mas Cármen Lúcia e Fachin têm posicionamentos mais moderados. Já Gilmar Mendes demonstra outro lado, aquele em que o Supremo está muito próximo de alguns grupos políticos”, disse Teixeira.

Cláudio Couto, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), afirmou que a “boa avaliação alcançada pelo STF no passado estava mais relacionada à espetacularização dos julgamentos transmitidos pela televisão do que por qualquer atração autêntica pelas figuras”. “Nesse ambiente do espetáculo, é natural que juízes como Joaquim Barbosa e Sérgio Moro apareçam travestidos de ‘juízes justicheiros’.”

Já para o professor de Direito Constitucional Oscar Vilhena, também da FGV, é preciso cautela ao avaliar a performance de ministros e juízes na pesquisa. “A qualidade de um juiz não pode ser mensurada pela popularidade nem pela impopularidade. Às vezes, aplicar a lei é impopular. Não se pode avaliá-los pela mesma régua da política.” /G.A.

27 AGO 2017

# O ESTADO DE S. PAULO

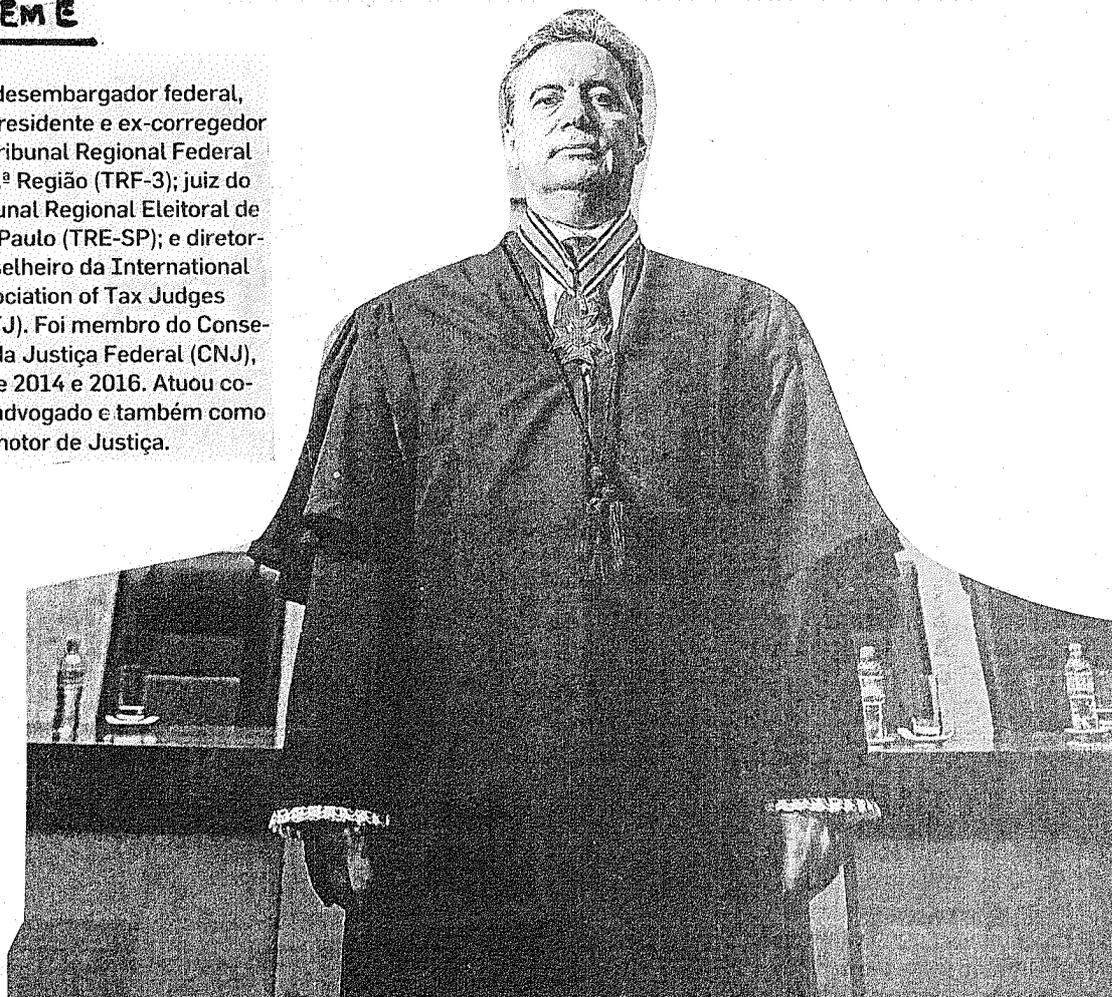
## ENTREVISTA

Fábio Prieto, desembargador federal e juiz do Tribunal Regional Eleitoral (TRE)

# 'É preciso superar modelo sindical de Justiça no Brasil'

## QUEM É

● É desembargador federal, ex-presidente e ex-corregedor do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região (TRF-3); juiz do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP); e diretor-conselheiro da International Association of Tax Judges (IATJ). Foi membro do Conselho da Justiça Federal (CNJ), entre 2014 e 2016. Atuou como advogado e também como promotor de Justiça.



**TRE.** Para o juiz Fábio Prieto, órgãos de controle falham na missão de fiscalizar instituições

**CONTINUA**

Empossado no TRE, desembargador critica conselhos do sistema de Justiça e associações de representação de classe

## William Castanho

Fábio Prieto, de 55 anos, desembargador federal e ex-presidente do Tribunal Regional Federal da 3.<sup>a</sup> Região (TRF-3), que abrange São Paulo e Mato Grosso do Sul, tomou posse no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) na sexta-feira com um discurso crítico ao atual sistema de Justiça brasileiro.

Para o magistrado, os órgãos de controle, formados por quatro conselhos – o Nacional de Justiça (CNJ), da Justiça Federal (CJF), da Justiça do Trabalho (CJT) e o Nacional do Ministério Público (CNMP) – falham na missão de fiscalizar as instituições, incham a burocracia estatal e deveriam ser revisitados. A fim de mudar esse cenário, Prieto propõe uma reforma da reforma do Judiciário promovida pela Emenda Constitucional 45, de 2004.

Além disso, com as mudanças da década passada, associações de classe, para o desembargador, passaram a desvirtuar a essência da Justiça em defesa de interesses próprios, ofuscando o surgimento de bons juízes e boas lideranças: “O juiz tem de fazer sentença, e o desembargador tem de fazer voto”. Segundo Prieto, “é preciso superar o modelo corporativo-sindical, fazer a reforma liberal do sistema de Justiça”. Leia os principais trechos da entrevista ao **Estado**:

● **A criação de um fundo público bilionário para campanhas está na pauta do Congresso. Caso a proposta seja aprovada, a responsabilidade no TRE aumenta?** Receberemos uma responsabilidade que não existe e vamos ter de dar conta dela. Então, vamos ter de investir na área de softwares que fazem análise econômica, que cruzam pagamentos, isso tudo existe. Vai ter um custo, e a assessoria técnica do tribunal terá de prepa-

rar relatórios. Hoje isso é feito, claro, com nível de custo muito inferior, mas vamos ter de enfrentar (*caso seja aprovado o uso de recursos públicos em campanhas*) em uma outra magnitude. Que há mecanismos, há. Não é uma coisa fácil, não é uma coisa simples, é um volume de dinheiro muito grande, especialmente aqui em São Paulo, mas é um problema passível de enfrentamento.

● **O senhor tem um discurso crítico ao sistema de Justiça. Quais são os principais problemas?**

O principal problema da reforma do Judiciário é sua matriz. Não adianta olhar, por exemplo, para um grande (*volume de*) dinheiro pago a um juiz e não saber se se trata de vencimento ou indenização. Por que nós não sabemos? Porque nós criamos uma estrutura, um sistema de controle, que não funciona. Qualquer sistema de controle eficaz daria a resposta. A imprensa não sabe, nós, juízes, não sabemos. Por que isso acontece? Nós temos quatro conselhos. Não é possível ter um sistema operando em quatro prédios diferentes, com quatro grupos de servidores diferentes e que adotam decisões contraditórias ou inconciliáveis. Nesses quatro conselhos, as composições são temporárias, mandatos curtos, portanto no modelo se criou uma instabilidade gerencial. Se há um sistema de controle de última instância, colocam-se lá as pessoas que estão no topo do sistema. No Judiciário, são os ministros do Supremo Tribunal Federal.

● **Por que esses conselhos da reforma de 2004 permitiram a criação de mecanismos de defesa de interesses do Judiciário?** Na medida em que não se trabalhou com juízes do Supremo, fez-se uma composição que é permeável à corporação. São juízes de primeiro grau, juízes de apelação. Não se pode, por exemplo, dar uma responsabilidade de diretor financeiro e chamar o sujeito que está no nível intermediário de uma empresa.

E um modelo gerencial ruim. O que acontece? Hoje, no Brasil, não sabemos quantas associações de juízes existem. O CNJ diz que os tribunais não podem fiscalizar os pedidos de afastamento de um juiz. Mas um juiz não poderia ser assessor, pela própria definição. Assessor, essa figura que não existe, é subordinado, e pode ser dispensado a qualquer momento. O juiz é um agente político caro, bem treinado. Se não há isso, estou formando maus juízes e instigando lideranças ruins. Esse dano ao País é muito grande.

● **Essas lideranças surgem quando se permitem as associações?**

Algumas associações assumiram discurso de sindicato. Há presidente de associações dando palpite sobre tudo. Ora, veja, é proibido ter sindicalização de juiz. Nos países em que há sindicatos de magistrados, o Poder Judiciário é fraco. O que a sociedade quer é resolver seus problemas com uma magistratura que tenha uma certa autoridade para decidir as coisas. O juiz não pode estar gritando sobre o que o deputado está fazendo, sobre o que o empresário está fazendo, sobre o que o jornalista está fazendo. Esse modelo também tem este problema: há juiz que parece sindicalista falando, expedindo nota sobre tudo, sobre qualquer assunto. Esse não é o nosso papel.

● **Como mudar isso?**

Temos de reformar a reforma. Primeiro, acabar com os quatro conselhos. Segundo, essas composições que foram feitas não podem continuar a ser feitas. Não pode, por exemplo, alguém como eu, que sou desembargador, sentar no conselho por dois anos e depois voltar para o tribunal. Você não tem a independência necessária.

**CONTINUA**

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

27 AGO 2017

● Seriam só ministros do STF ou poderia ter membros de outros tribunais superiores?

Só do Supremo. É a responsabilidade de última instância. Não se pode dar essa responsabilidade para a diretoria errada.

● O senhor diz que adotou medidas anticíclicas no TRF-3 em relação às orientações do CNJ. O que são essas medidas?

Nossa Lei Orgânica proíbe, por exemplo, que o juiz seja assessor do presidente, por uma razão óbvia: a nota do juiz é ser independente. A Constituição implicitamente proíbe. O juiz só pode substituir o desembargador para julgar processos em circunstâncias muito especiais, como ficar doente. Hoje, o juiz vai ser assessor do presidente do tribunal, assessor de desembargador. Isso é função de funcionário, nós pagamos uma burocracia para isso.

● Qual o efeito prático disso?

Há vários. O mais grave é aquele que a sociedade talvez tenha maior dificuldade de ver: a formação de lideranças ruins dentro de um Poder de Estado. O juiz é como um cirurgião: tem de pegar aquele sujeito quando sai da faculdade, colocá-lo para começar a fazer a cirurgia e deixá-lo por 15, 20, 30 anos. Se se estimular um juiz no começo de carreira a ser terceiro-secretário de uma associação, ele se afasta e vai ser militante, não trabalha. Depois vai ser assessor do presidente do tribunal, não trabalha. Antigamente, os juízes disputavam os lugares mais difíceis. Hoje, ele vai contar que foi assessor de não sei quem, que foi da associação, de um grupo de trabalho. O juiz tem de fazer sentença, e o desembargador tem de fazer voto. É essa a nossa função. É preciso superar o modelo corporativo-sindical, fazer a reforma liberal do sistema de Justiça.

27 AGO 2017

## O ESTADO DE S. PAULO

### POSTALIS

#### STF autoriza novo inquérito contra Renan

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a abertura de um novo inquérito contra o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) para apurar se o parlamentar recebeu propina em um esquema de desvio de recursos do Postalis, fundo de

pensão dos Correios, que teria como operador Milton Lyra, lobista ligado ao senador.

Em nota, Renan negou irregularidades e disse que essa “é uma história requeitada”.

“Nunca autorizei que falassem em meu nome em nenhum lugar, muito menos na Postalis.”

### OPERAÇÃO PONTO FINAL Ex-presidente do Detro se entrega à Justiça

O ex-presidente do Detro-RJ Rogério Onofre se entregou ontem à Justiça. Ele era considerado foragido. Após ser colocado em liberdade pelo ministro Gilmar Mendes, do STF, Onofre foi alvo de novo mandado de prisão pela Justiça do Rio.

# PROTELA- DO

## TJ adia julgamento de ex-diretores da Alep envolvidos no caso dos Diários Secretos

de Kátia Brembatti

A situação penal de dois ex-diretores da Assembleia Legislativa do Paraná continuará em suspense até o dia 21 de setembro. Na quinta-feira da semana passada, a 2.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (TJ-PR) estava analisando recursos da condenação de José Ary Nassif, ex-diretor administrativo, e Cláudio Marques da Silva, ex-diretor de Pessoal, condenados em primeira instância a 18 anos de prisão pelo envolvimento no desvio de dinheiro público revelado no caso Diários Secretos. Contudo, a decisão foi adiada para 21 de setembro, em virtude de um pedido de vista do desembargador José Carlos Dalacqua, que solicitou mais prazo para estudar o caso. Ambos negam as irregularidades das quais são acusados.

Dalacqua é o terceiro e último voto no julgamento. Primeiramente votou o desembargador José Mauricio Pinto de Almeida, relator do processo, que decidiu pela manutenção da sentença condenatória, dada em 2013. Depois foi a vez do juiz substituto Marcel Guimarães Rotoli de Macedo, que acatou parcialmente os pedidos da defesa e considerou nulas algumas das provas consideradas na ação criminal, o que anularia também a sentença.

A justificativa apresentada considera que a apreensão de do-

cumentos na Assembleia Legislativa, em 2010, não deveria ser autorizada por um juiz de primeira instância, tendo em vista que a documentação poderia atingir, mesmo que indiretamente, algum investigado com direito a foro privilegiado, como é o caso dos deputados estaduais. Contudo, diante dos argumentos apresentados pelo relator, que pediu que Macedo reconsiderasse a questão, o juiz se comprometeu a

reavaliar as várias implicações do caso antes de proferir, em definitivo, o voto.

### Entendo o caso

Os dois ex-diretores foram considerados culpados, por sentença da juíza Angela Ramina, da 9.ª Vara Criminal de Curitiba, em 2013. Eles foram condenados a 18 anos, 11 meses e 20 dias de prisão, pelos crimes de formação de quadrilha, peculato (apropriação de dinheiro público) e lavagem de dinheiro. De acordo com a sentença, Nassif tinha a missão de viabilizar meios para que funcionários fantasmas fossem contratados e Marques da Silva era responsável por colocá-los na folha de pagamento.

Esquema usava funcionários fantasmas para drenar o dinheiro da Assembleia Legislativa do Paraná.

Nassif e Marques da Silva já passaram um tempo atrás das grades. Em abril de 2010, ambos foram alvos de mandados de prisão, mas o ex-diretor de Pessoal acabou detido em flagrante por posse ilegal de armas. A polícia encontrou em seu apartamento seis armas de cano longo, além de R\$ 200 mil em dinheiro. Marques da Silva disse, à época, que havia sacado os valores

por causa do processo de separação da mulher. Em 2016, o Tribunal de Justiça determinou que ambos fossem presos para cumprir as condenações impostas. Ambos estão presos no Complexo Penal, em função de outra condenação.

### Diários Secretos

A série Diários Secretos foi realizada pela Gazeta do Povo, em parceria com a RPCTV, e divulgada a partir de março de 2010. As reportagens mostravam como a ocultação de documentos que deveriam ser públicos permitiu que fosse orquestrado um esquema, principalmente a partir de funcionários fantasmas, para drenar o dinheiro da Assembleia Legislativa do Paraná. O material levou o Ministério Público a compor uma força-tarefa com 20 promotores, que investigaram os desdobramentos do caso, promovendo diversas ações judiciais para ressarcir os cofres públicos e apurar responsabilidades. A estimativa da Promotoria é de que mais de R\$ 250 milhões tenham sido desviados.

28 AGO 2017

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Juíza decreta prisão de casal

O casal suspeito de matar uma criança de 6 anos em Almirante Tamandaré, na Região Metropolitana de Curitiba, usou uma pipa para atrair o menino e depois matá-lo. A informação faz parte da decisão da juíza Liana Luerdes que decretou, neste sábado (26), a prisão preventiva dos dois.

“ (...) Por vingança, os autuados, tiraram a vida de uma criança! Valeram-se de sua inocência, a seduziram com a oferta de uma pipa, a qual chegando à residência dos conduzidos foi surpreendida, sem qualquer possibilidade de defesa ou reação, com tijoladas, tendo ainda seu pescoço amarrado até a morte, de forma covarde e cruel”, disse a juíza.

De acordo com a polícia, Izaque Furlan foi morto após um desentendimento entre a suspeita e a mãe da criança. O corpo foi encontrado em uma mala, escondida dentro do forno da casa dos suspeitos. ■

28 AGO 2017

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Cida participa de homenagem ao ministro Fux



A governadora em exercício Cida Borghetti participou da entrega da Comenda do Mérito Eleitoral das Araucárias ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux. A solenidade aconteceu no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR), em Curitiba, e contou com a presença do também ministro do STF Dias Toffoli.

“Justa e merecida homenagem a um dos maiores magistrados da

justiça brasileira. Um ser humano e profissional de grande valor para nossa sociedade”, afirmou a governadora em exercício.

A Comenda do Mérito Eleitoral das Araucárias foi instituída em 2005 e se destina a homenagear pessoas físicas, entidades nacionais e estrangeiras que tenham se destacado por seus méritos e relevantes serviços prestados à Justiça Eleitoral do Paraná. ■

### Gleisi e Bernardo depõem hoje no STF



Os petistas Gleisi Hoffmann e Paulo Bernardo serão os primeiros políticos réus interrogados nos processos da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF). Os depoimentos de Gleisi e Bernardo estão marcados para esta segunda-feira (28), a partir das 14h, em Brasília. O empresário Ernesto Kluger Rodrigues, que também é réu no processo, será ouvido em Curitiba, dois dias depois, na quarta-feira (30).

Os interrogatórios dos réus marcam o início da reta final dos processos envolvendo políticos no STF. Depois de ouvir todos os réus, o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF, abre prazo de cinco dias para que as defesas ou a Procuradoria-Geral da República peçam a realização de novas diligências no processo, como a produção de novas provas, por exemplo. ■

26 AGO 2017

# IMPACTO PARANÁ

## CASCABEL

Mano Preisner

### **JUIZ PEDRO IVO VERSUS ALFREDO KAEFER**

Não existe um único cascavelense que desconheça a briga entre o empresário Alfredo Kaefer e o juiz da 1ª. Vara Cível de Cascavel, Dr. Pedro Ivo Lins Moreira.

Resumo: a Diplomata, do Alfredo Kaefer e da sua família, estava em recuperação judicial quando uma decisão do Dr. Pedro Ivo, considerada estranha por todo o meio jurídico local, transformou a recuperação em falência. A abrangência da sentença, quase 200 páginas de fundamentação, surpreendeu pelo rigor inédito: atingiu todas as empresas, incluindo as que apresentavam números positivos que indicavam uma situação financeira saudável, e todos os diretores de todas as empresas, com bloqueio de bens de família, recursos de poupança, etc...

Alfredo, claro, esperneou, argumentou, e foi a Brasília, ao STJ, após o Tribunal de Justiça do Paraná referendar a decisão do juiz Pedro Ivo.

Ganhou - após alguns anos de gestão da massa falida por pessoas nomeadas pelo juiz - o direito de reassumir as empresas, tendo decidido o STJ pelo retorno do grupo à situação anterior, de recuperação judicial.

Fim da questão? Nada, virou briga pessoal.

### **JUIZ VERSUS ALFREDO II**

Sentindo-se prejudicado, Alfredo não se limitou a recorrer às instâncias superiores para reaver o que considerava seus direitos. Passou a falar em público, sem qualquer freio, inclusive em entrevistas à imprensa nacional, sobre o juiz. Lançou suspeições sobre os salários elevados que os gestores (nomeados pelo juiz) recebiam, sobre diversas situações das finanças das empresas, e muito mais. O juiz, por sua vez, só acatou a decisão do STJ "na marra", no último momento. Protelou, sentenciou, atrapalhou, renomeou os gestores judiciais, enfim foi na jugular do Alfredo.

A esta altura, todos estavam prejudicados. O Alfredo e a esposa Clarice, afastados das empresas que criaram. O juiz, que a sociedade colocou sob suspeição. Os credores, em especial os pequenos agricultores, com seu crédito cada vez mais incerto. E os milhares de empregados, que lá sustentam suas famílias, com seu emprego ameaçado.

Várias decisões do juiz e do STJ aconteceram nos últimos meses. Esta semana saiu a mais nova sentença do STJ, devolvendo aos Kaefer a gestão plena das empresas.

Encerro a longa nota com uma opinião: isso é um desrespeito às tradições.

Antigamente, em casos de clara inimizade pessoal, o juiz escolhia a dedo outro juiz amigo que tivesse condições de assumir o caso, declarava-se impedido e o novo juiz seguia a tradição: decidia sem medo de ser feliz, com total e absoluto espírito corporativo, e ferrava ainda mais o incauto que ousou enfrentar um membro da corporação.

O Dr. Pedro Ivo chutou a tradição: agarra-se ao processo como se fosse a missão da sua vida. Parece que falir o Alfredo é o objetivo principal da sua existência.

Será que não existe um outro juiz, dentre os muitos decentes e isentos que temos, que possa dar fim a essa briga extra-judicial?

A sociedade entende que o Alfredo, com ou sem excessos, está defendendo seu lado. Mas e o Juiz, que não deveria ter lado, defende exatamente o que ao agarrar-se a esse processo?